

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA
UNILA
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E
POLÍTICA**

**Da Esquerda Clássica à Nova Esquerda Latino-Americana: Democracia,
Moderação e Vitórias políticas.**



VANESSA CRISTHINA ZOREK DANIEL

**Foz do Iguaçu
2014**

VANESSA CRISTHINA ZOREK DANIEL

**Da Esquerda clássica à Nova Esquerda Latino-americana: Democracia,
Moderação e Vitórias Políticas.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a Universidade Federal da
Integração Latino-Americana como
requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Ciência Política e
Sociologia.

Orientador: Dr. Renata Peixoto de Oliveira

Foz do Iguaçu

2014

VANESSA CRISTHINA ZOREK DANIEL

**Da Esquerda clássica à Nova Esquerda Latino-americana: Democracia,
Moderação e Vitórias Políticas.**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a Universidade Federal da
Integração Latino-Americana como
requisito parcial para a obtenção do
título de bacharel em Ciência Política e
Sociologia.

Aprovado em _____ de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Nome do primeiro componente – Instituição

Nome do segundo componente – Instituição

Nome do terceiro componente – Instituição

AGRADECIMENTO

Quero deixar um agradecimento especial a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, e principalmente aos que contribuíram de forma mais intensa; como os docentes Fabricio Pereira da Silva, e Diana Araújo Pereira, dos quais recebi boas influências, que resultaram numa maior determinação para seguir em frente com a carreira acadêmica.

Outra pessoa que tem grande responsabilidade por este momento, em que se simboliza o cumprimento de uma etapa é minha orientadora Renata de Oliveira Peixoto, que sempre buscou me auxiliar na escrita deste trabalho, sendo compreensiva e solícita em todos os momentos. Demonstrando preocupação não apenas como objetivo final, a entrega da monografia, mas com todo o processo que a envolve.

Agradeço os membros da banca de avaliação deste TCC, pela disponibilidade da leitura e pelas contribuições que serão sem dúvida, bem recebidas e produtivas. Agradeço, também, a todos os colegas de turma, com os quais aprendi muito, através da convivência e das atividades acadêmicas desenvolvidas em conjunto.

RESUMO

Objetiva-se com este trabalho, analisar as características centrais das chamadas Novas Esquerdas Latino-Americanas que chegaram ao poder, ao longo da última década, em diversos países do continente. Convencionou-se considerar o período atual como era pós-neoliberal, marcada pela crise e contestação daquele modelo e, pela imediata e reativa ascensão dos partidos políticos de esquerda. O elemento central nesta análise, será a comparação entre a nova esquerda e as velhas esquerdas tradicionais em nosso continente, bem como a postulada diferenciação entre uma esquerda progressista e moderada vis à vis uma esquerda tida como mais radical, como a esquerda Bolivariana.

Palavras-chave: Novas esquerdas na América Latina; pós-neoliberalismo; governos progressistas e Bolivarianos.

ABSTRACT

This work attempt is analyzing the main characteristics of the Latin American New Left, that arrived into power, during this last decade, in so many different countries in this continent. It's common to consider this period as a post neoliberal one, marked by the crises and contestation of that model, and, by the immediately and reactive left political party emergence, A central element in this analysis, will be a comparison between the new and the old and traditional lefts in the region, as well apostulat ed differentiation between a progressive left, considered a moderate one, vis à vis a more radical left, just like the Bolivarian ones.

Key Words: Latin America new lefts, post neoliberalism, progressists and Bolivarian governments.

Lista de Siglas e Abreviaturas

- Alca - Área de livre comércio das Américas
Alba - Aliança Bolivariana para as Américas
APC - Alianza Patriótica por el Cambio
CAF – Cooperação Andina de Fomento
Comibol – Corporação Mineira da Bolívia
FA – Frente Ampla
FMLN- Frente Farabudo Martí para la Libertación
FURN - Federación Universitaria de la Revolución Nacional
ISI – Industrialização por Substituição de Importações
MAS – Movimiento al Socialismo (Bolívia)
Mercosul- Mercado Comum do Sul
MVR – Movimento V República
PAÍS – Movimento Alianza PAIS - Patria Altiva i Soberana
PSCh – Partido Socialista de Chile
PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela
PT - Partido dos trabalhadores (Brasil)
PPT- Patria Para Todos (partido venezuelano)
PDVSA- Petróleos de Venezuela S.A.
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Parte I	12
1.Sobre Esquerdas e modelos de desenvolvimento: América Latina em debate. 12	
1.1. A Trajetória da esquerda na América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo.....	14
1.2. A emergência das Novas Esquerdas Latino-Americanas na última década: as duas esquerdas.....	21
Parte II.....	30
2. Panorama das mudanças políticas e socioeconômicas dos governos de Esquerda na região.....	30
2.1. A esquerda Andina: refundadora e radical	31
<i>2.1.1. As tipologias de refundadoras e radicais nas esquerdas andinas</i>	<i>38</i>
3. As esquerdas moderada e renovadora: Argentina, Brasil e Chile.....	41
4. Considerações finais	52
5. Referências	54

INTRODUÇÃO

A partir da crise de 1929, que atingiu as economias latino-americanas, o modelo agrário exportador abriu espaço para o surgimento do modelo nacional-desenvolvimentista, pautado no protecionismo, no fortalecimento do mercado interno e na adoção do modelo econômico de Industrialização por Substituição de Importação (ISI). Este modelo teve seu período de ascensão entre a década de 1930 e 1940, consolidando-se até a década de 1970, quando deflagrada a crise fiscal do Estado.

A partir deste novo modelo iniciou-se um processo lento de mobilidade social com a emergência de novas classes sociais; principalmente, as classes médias urbanas e a classe operária. Este período também representou a expansão das democracias na América Latina, através da inclusão via expansão do sufrágio. A associação entre Nacional-desenvolvimento e regime democrático, em meados do século XX, deu um contorno popular a esta nova estratégia, propiciando o surgimento de sindicatos e partidos de massa. Em que pese à manutenção de grande desigualdade econômica e da dificuldade de acesso à educação, desenvolveu-se, em toda a região, uma cultura política, democrática e popular.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a ordem mundial pautou-se pela bipolaridade, confrontando dois modelos antagônicos, o capitalismo e socialismo, que representavam os EUA e a URSS, respectivamente. Este período ficou conhecido como Guerra Fria, pois o conflito direto entre as duas superpotências foi evitado em nome de um conflito ideológico que procurava garantir áreas de influência militar, política e econômica.

A ocorrência da Revolução Cubana em 1959, a invasão da Baía dos Porcos e a crise dos mísseis (1963) fez com que o temor pelo avanço do perigo comunista, se tornasse mais do que uma simples ameaça, mas fosse, de fato, uma realidade. Naquela década e na seguinte, muitos países da América Latina foram atingidos por golpes de Estado, baseados na doutrina de segurança nacional, que buscou desenvolver táticas de contra-insurreição, como meio de proteção em relação ao avanço do comunismo e a influência ideológica da União Soviética e China. A chegada ao poder de Salvador Allende no Chile, em 1970, despertou grande preocupação por parte dos Estados Unidos, tendo em vista o fato de que a vitória eleitoral da *Unidad Popular* foi sintomática do crescimento da esquerda em toda região.

Na década de 1980, tem-se o fim das ditaduras militares e a retomada, praticamente simultânea, das democracias em diferentes países do continente, também verificou-se o agravamento da crise fiscal do Estado que caracterizaria o período como “a década perdida”, em decorrência da crise da dívida externa deflagrada pela moratória Mexicana em 1982. Nos anos 1990, a influência dos Estados Unidos se fazia sentir em termos econômicos. Naquele período, Washington e seu consenso de preceitos liberalizantes, procuravam ditar as regras para que os países da região saíssem da crise, mas se mantivessem em sua órbita. A queda do socialismo real também foi determinante para a manutenção e avanço da hegemonia estadunidense na região, representando assim, a supremacia política de partidos com uma agenda conservadora e de direita, ao longo das décadas de 1980 e 1990.

As ideias neoliberais (Anderson, 1995) surgiram depois da II Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos, como uma reação tanto teórica como política ao Estado de Bem-Estar Social. Os primeiros escritos desta teoria se encontram no livro “O Caminho da Servidão” (1944) de Friedrich Hayek. No qual o autor condena qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, que segundo ele seria uma ameaça à liberdade política e econômica.

Após duas décadas, o modelo neoliberal mostrou-se insatisfatório em muitos aspectos. O desagrado profundo das sociedades latino-americanas possibilitou espaço para a ascensão de forças políticas detentoras de discursos anti-neoliberais, anti-sistêmicos e contra-hegemônicos, como convencionou-se caracterizar os discursos de cunho progressista nesta era pós-neoliberal.

A ascensão de governos representantes da esquerda latino-americana enquanto reação ao modelo neoliberal ocorre em período recente, sendo a experiência primeira em 1998 com a eleição de Hugo Chávez pelo partido Movimento V República (MVR). Logo, em seguida, em 2000, Ricardo Lagos, do Partido Socialista do Chile (PSCh) chega ao poder através da Concertación para la Democracia. No Brasil, em 2002, o ex-líder sindicalista que liderou as greves do ABC Paulista durante a ditadura militar, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), depois de três tentativas fracassadas alcança a cadeira presidencial no Palácio do Planalto. Na sequência, Nestor Kirchner resgata a tradição peronista e derroga a via neoliberal adotada por Menem e causadora da grave crise de 2001, elege-se, 2003, na Argentina. Outro líder de esquerda, Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), foi eleito em 2004 no Uruguai. Em 2005, o

líder do movimento cocaleiro Evo Morales, representante do Partido Movimento ao Socialismo (MAS) venceu as eleições na Bolívia. Em 2006, o povo equatoriano elegeu Rafael Correa, fundador do movimento Pátria Altiva e Soberana (PAIS) e ex-ministro da economia do governo Alfredo Palacio. Também em 2006, Daniel Ortega se elegeu pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua. No Paraguai, o ex-bispo da Igreja Católica, Fernando Lugo, elegeu-se em 2008 através de uma aliança política formada por movimentos sociais e sindicatos, denominado *Alianza Patriótica por el Cambio* (APC). Em 2009, Mauricio Funes, da *Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional* (FMLN) é eleito em El Salvador. Finalizando a lista, o Peru veio a ter um governo considerado do espectro político à esquerda, quando em de 2010, o presidente Ollanta Humala do *Partido Nacionalista Peruano* (PNP) chegou ao poder, apesar disto, o caso peruano se tornou uma grande incógnita em meio aos seus vizinhos governos de esquerda, posteriormente, não destacando-se enquanto tal na região.

A partir deste contexto pretende-se compreender, na primeira parte do trabalho, o processo histórico no qual as esquerdas chegaram aos palácios presidenciais em vários países latino-americanos. Objetiva-se também realizar uma discussão sobre a conceitualização, existente na literatura, sobre as novas esquerdas da região e a possível dicotomia, em torno da existência de duas esquerdas.

Na segunda parte do trabalho, refletiremos sobre o panorama político regional marcado pela crise do neoliberalismo e avanço das esquerdas, principalmente a partir do ano 2000. Tratando de discutir a possível existência de duas esquerdas na região, os casos analisados serão através de dois tópicos distintos, o primeiro versando sobre a esquerda radical ou refundadora exemplificada pela Venezuela, Bolívia e Equador, e o segundo sobre a denominada esquerda moderada ou renovadora, exemplificada nos casos da Argentina, Chile e Brasil.

Parte I

1 Sobre Esquerdas e modelos de desenvolvimento: América Latina em debate

Nesta seção será descrito, de forma sucinta, o panorama histórico da evolução da esquerda Latino Americana, tendo por recorte temporal a segunda metade do século XX até a última década. Esta revisão histórica será providencial para podermos compreender como os distintos contextos influenciaram na formação das esquerdas partidárias em nossa região. A Revolução Cubana, a vitória de Allende, o auge do nacional-desenvolvimentismo e de governos considerados populistas, as ditaduras militares, a redemocratização, o avanço do neoliberalismo e a crise deste modelo foram eventos e processos que impactaram as características centrais das esquerdas Latino-Americanas desde então. A partir do exposto, será feito um panorama histórico que apontará as influências que a esquerda sofreu, e como, a partir delas, houveram mudanças providencias para que adotassem uma postura considerada mais moderna, o que passou a incluir a via eleitoral e democrática, a despeito da via revolucionária, como uma das principais ferramentas da luta política. Ainda nesta primeira parte do texto, ao tratamos da Nova esquerda latino-americana¹ irá desenvolver-se uma discussão sobre os diferentes pontos de vista da literatura especializada, cujo objetivo central será a existência ou não de dois tipos de esquerda.

Antes de prosseguir em uma discussão mais aprofundada sobre o tema, é importante definir o que entende-se pelo conceito de esquerda, neste trabalho utilizar-se-á a definição de Bobbio feita no livro “Esquerda e Direita” (1995), no qual define como esquerda o espectro político que demonstra maior preocupação com os princípios de igualdade, sentimento de liberdade e emancipação que se exteriorizam em movimentos como antirracistas, feministas dentre outros. Além destas podem ser incluídas a busca pela igualdade no mercado e até a abolição da propriedade privada, dentro do espectro marxista. Ainda é possível destacar, que as esquerdas defendem o racionalismo, o laicismo, e, a preservação dos direitos dos trabalhadores, que deveria estar acima dos interesses econômicos das elites. Também pode-se dizer que na esquerda o bem e o mal não são entendidos como conceitos fechados, possibilitando

¹ Usa-se está expressão com base nos estudos de Natanson (2012), o qual utiliza esta nomenclatura para referir-se aos atuais e recentes governos progressistas latino-americanos.

discussões sobre o aborto, penas judiciais mais brandas entre outros assuntos. Fica assim evidente, que essa definição de esquerda de Bobbio, enfatiza a maior importância à justiça do que à ordem, no sentido de que a esquerda prefere subverter a ordem e as regras à ignorar as injustiças.

Atualmente, os partidos de esquerda estão presentes como força hegemônica em muitos dos governos Latino Americanos. Essa tendência política, de eleição de governos de esquerda e governos progressistas² foi chamado em alguns estudos especializados de “onda rosa” latino-americana (Silva, 2014) e “maré rosa” (Paninza, 2006). Segundo Silva tal conceito tem inspiração no processo de ascensão de partidos de centro-esquerda, que ocorreu na União Europeia a partir da década de 1990, e levou o mesmo nome, sendo reutilizado na atualidade. No entanto o autor defende um olhar mais crítico para o fenômeno latino-americano, pois não apresentaria tanta semelhança com o europeu, devendo ser entendido por uma lógica própria. Neste sentido, tal expressão seria mais pertinente neste contexto, pois as políticas concretas das esquerdas latino-americanas não são exatamente revolucionárias, se comparadas a momentos anteriores das esquerdas. Sendo assim, o termo onda rosa seria o mais oportuno³.

A principal semelhança entre as forças de esquerda (Silva, 2011) que hoje são protagonistas nos governos latino-americanos, é a de terem passado pelo processo democrático para chegarem ao poder e não a via revolucionária. Para Toledo (1994), a adaptação ao meio democrático configura-se como um meio de modernização das forças de esquerda, que buscaram novas formas de alcançar o poder. Com o fim da Guerra Fria, muitos partidos da esquerda latino-americana, acabaram se afastando da ideia do socialismo real, buscando modernizar-se e readaptar-se. O que os levaria a se voltarem a objetivos como o fomento a maior igualdade social e a democracia, principalmente, em sua versão substantiva e participativa, e não meramente institucional, ou seja, minimalista.

²O conceito “progressista”, segundo Lanzaro (2008) é uma maneira de fazer referência a agrupamentos políticos de esquerda e centro esquerda, ou seja, o termo atribui um sentido mais amplo de conotações dentro do espectro político da esquerda. (Lazaro, p.3, 2008) define como progressistas “governos que articulam discursos críticos e buscam introduzir inovações”, essas inovações podem ser de formatos múltiplos.

³ Neste sentido o termo onda rosa, demonstra uma não radicalidade em relação às esquerdas, ou seja, não encara o fenômeno como políticas que estão próximas da extrema esquerda, ou ainda políticas que se aproximem de práticas governamentais socialistas ou comunistas.

1.1 A Trajetória da esquerda na América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo.

As esquerdas latino-americanas, ao longo de seu processo histórico no século XX, passaram por três momentos que exigiram estratégias distintas. O primeiro momento foi marcado pela ascensão e auge do modelo estratégico nacional desenvolvimentista (1930-1950); o segundo pelas guerrilhas (1960-1970) e o terceiro pelas mobilizações sociais de resistência ao modelo neoliberal (1990-2000) (Sader, 2009).

O primeiro momento foi o da “reforma democrática” representado, majoritariamente, pelo projeto de industrialização por substituição de importações, no qual vigorava uma aliança entre a classe trabalhadora, à esquerda e o empresariado nacional. Ambos os grupos tinham objetivos em comum: produzir a modernização econômica, e a independência nacional.

Esta estratégia de modernização dos governos nacionalistas, representados no Brasil por Getúlio Vargas, no México por Lázaro Cárdenas, na Argentina por Juan Perón entre outros, e por forças do espectro político da esquerda como *Pela Frente Popular*, gestada por Pedro Aguirre Cerda (1938) e pela *Unidade Popular* dirigida por Salvador Allende (1970) no Chile.

Estas políticas das esquerdas implicaram em maior incentivo à industrialização e a expansão de direitos sociais e trabalhistas antes que o Estado se visse em meio à crise fiscal (1930-1980). Esta estratégia tinha como objetivo a transição para sociedades industriais, democráticas e nacionais, num processo que aliasse a burguesia industrial a classe trabalhadora e em alguns casos as camadas médias urbanas.

À parte com as questões estruturais que conformaram alianças construídas pelas esquerdas, as forças de esquerda na América Latina tinham como principal referencial de doutrina os Partidos Comunistas europeus e asiáticos. Percebe-se que entre os anos de 1920 e 1960, os mesmos não demonstraram estratégias independentes da Internacional Comunista. Fiori (2006) defende que a criação teórica das esquerdas latino-americanas nesta época foi pouco inovadora, e permaneceu restrita a “teoria militante do imperialismo⁴, de Lênin, e da teoria da “revolução democrático-burguesa”, de Kautsky⁵”. (Fiori, 2006, p.10).

⁴ Lenin baseando-se nos estudos do capitalismo imperialista, e das bases da teoria marxista, desenvolveu uma nova teoria, segundo a qual a vitória simultânea do socialismo em todos os países era

A visão etapista das esquerdas, que acreditavam tanto no desenvolvimento capitalista como na própria revolução socialista, tida por etapas, garantiu legitimidade e espaço para a estratégia democrática. Na América Latina dentro dos setores de esquerda tinha-se como uma possibilidade de transição ao socialismo e igualdade, o crescimento econômico e o desenvolvimento capitalista. Determinante para aquela estratégia de desenvolvimento e para os setores que a alinharam, foi a própria Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), instituição que propunha, desde 1950, um projeto nacional de industrialização e desenvolvimento, tendo como líder o Estado, com o apoio do capital privado estrangeiro. As teses de Celso Furtado e Prebisch tornaram-se centrais para estes argumentos.

Este projeto desenvolvimentista que contou com o aval da CEPAL caracterizou-se por programas que buscavam o desenvolvimento econômico e social. Essa estratégia pode ser classificada com um meio para a transição institucional, ou seja, sem rupturas ao longo da trajetória histórica, pretendendo incorporar, cada vez mais, estruturas democráticas já existentes, tanto nas relações econômicas como nas sociais, aumentando assim, o peso do Estado. No entanto, esta estratégia não obteve o sucesso final desejado. (Sader, 2009, p.132)

Para Bresser (1990, p.47) os êxitos dessa estratégia são indiscutíveis. No entanto ele ressalta que o nacional desenvolvimentismo não promoveu distribuição de renda, já que os pontos básicos dessa política eram o protecionismo, a constituição de empresas estatais, e o fornecimento de subsídio a empresas privadas, o que favoreceu e muito a acumulação do capital privado. Para Bresser, isso também explica o fato de este tipo de estratégia que pertenceu de início à esquerda, passou nos anos 1960, com os golpes militares na região, a ser uma estratégia de desenvolvimento também da direita latino-americana.

O segundo ponto ressaltado e que remonta a uma segunda estratégia das esquerdas foi a tática das guerrilhas, que ganhou força com a Revolução Cubana, em 1959. *“A guerra de guerrilhas tinha caracterizado as revoluções chinesa e vietnamita e agora trazia para a América Latina a “atualidade da revolução”, por meio do Movimento 26 de Julho e do exército rebelde cubano.”*(Sader, 2009, p. 133).

inviável, mas que a vitória, enquanto que a sua vitória em alguns ou mesmo num único país capitalista tomados separadamente, é reconhecida como possível. (Leontiev, 1950)

⁵ Defende a passagem para o comunismo pelo meio democrático e não através da luta revolucionária. (Prado, 2007)

Para Wasserman (2010, p. 31), a Revolução Cubana de 1959 teve grande influência nas transformações “táticas e estratégicas dos comunistas e de toda a esquerda latino-americana”. Indo na contramão das orientações dos partidos comunistas em relação aos métodos para se chegar ao socialismo. A Revolução cubana trouxe a percepção da possibilidade de se chegar ao poder através da luta armada. Neste contexto os temas discutidos pela esquerda locais foram as teorias de Che Guevara, que eram basicamente a de como constituir um foco guerrilheiro revolucionário com apoio da população, o qual se tornou a máxima da revolução socialista latino-americana. Neste momento dentro dos movimentos de esquerda foi quebrada a ideia de que a “Revolução socialista” só poderia ocorrer “quando todas as condições sociais objetivas a determinassem”. No entanto todos esses processos de revolução fracassaram pela repressão que se instalou a partir de 1960, pelo processo chamado de “latino-americanização da Guerra Fria” (Wasserman, 2010, p. 32).

As revoltas e guerrilhas já fizeram parte das conquistas de libertação no período das independências. Ao longo do século XX, principalmente na segunda metade deste século, essa tática mostrou capacidade de influenciar as esquerdas em sua luta contra regimes tiranos, sistemas políticos excludentes e ditaduras militares. O movimento guerrilheiro emergiu na Colômbia após a morte do líder populista Gaitán que levou ao Bogotazo (1948) e quando foi estabelecido o pacto bipartidista entre o Partido Liberal e o Partido Conservador (Frente Nacional), surge na década de 1960 as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), os movimentos Tupak Amaru e Sendero Luminoso no Peru, na Nicarágua com a Frente Sandinista pela Libertação.

A derrota e o fim do primeiro ciclo de guerrilhas, foi marcado pela morte de Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, na selva Boliviana, em 1967. No entanto, um segundo ciclo já se iniciava em cenários urbanos o que possibilitava a aproximação do movimento a suas bases de apoio, mas trazia também alguns empecilhos que impediram a capacidade de expansão das forças guerrilheiras. Por características urbanas de maior vigilância, o que trouxe aos movimentos maior perseguição. Foi o que aconteceu com os movimentos na década de 1970 na Argentina, aos Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), no Uruguai com os Tupamaros, e no Brasil com os movimentos Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento de Libertação Popular (Molipo) formado por estudantes universitários.

As derrotas das guerrilhas urbanas atingiram todo o campo aliado da esquerda, como universidades, sindicatos, partidos políticos tradicionais, movimentos sociais e a imprensa de oposição. A esquerda, naquele momento, sofreu uma grande derrota, sendo obrigada a migrar para o meio rural, a exemplo do grupo de guerrilha do Araguaia, que ocorreu entre os últimos anos de 1960 e início da década de 1970 no estado do Amazonas, mas essas guerrilhas estiveram principalmente nos países da América central, iniciando-se assim o terceiro ciclo de lutas guerrilheiras, na Guatemala que intensificou-se no final da década de 1970 e 1980; e em El Salvador nos anos 1980, no entanto, esses movimentos já não apresentavam-se como movimentos surpresa, como na Revolução Cubana. Além disso, um agente externo veio abater o terceiro ciclo de guerrilhas latino-americanas: a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS levou à hegemonia estadunidense, à vitória do livre-mercado e da democracia liberal.

Atualmente este tipo de luta é inviável, (Sader, 2008) pela correlação de forças internacionais, se um movimento social ou político, como o MST ou os Zapatistas militarizam os conflitos seriam facilmente derrotados. As forças militares nacionais, regionais e mundiais com sua presença fazem com que esta questão nem mesmo seja levantada.

A “terceira estratégia da esquerda” (Sader, 2009 p. 139) é marcada por lutas de resistência ao neoliberalismo. Apresenta como um de seus elementos a obstinação dos movimentos sociais contra as reformas liberalizantes. Em meados da década de 1990, partidos de esquerda, socialdemocratas e nacionalistas aderiram ao modelo neoliberal, deixando os movimentos sociais como praticamente únicos agentes que resistiam ao novo modelo hegemônico. Os movimentos que mais se destacaram foram o movimento zapatista (1994) enquanto reação à entrada do México no NAFTA, o Movimento Sem Terra (MST) surgido no final dos anos 1970 no Brasil, e os movimentos indígenas bolivianos como o Movimento Katarista e os Cocaleiros; e equatorianos Conaie e Pachakutic.

Petras (1996, p.7-8) considera esses novos movimentos sociais e políticos diferentes dos que apareceram nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no que tange a participação universitária, que neste momento mais recente foi praticamente nula. O que configurava de forma predominante como líderes destes movimentos eram pessoas de origem popular, camponeses, trabalhadores e indígenas que possuíam um rendimento econômico baixo. Além disso, nestes movimentos sociais, haviam poucos recursos financeiros, no entanto estão “cheios de mística, de capacidade de injetar sua energia na

forma de se organizarem. Viajam de ônibus durante trinta, quarenta horas, para fazer política”(Petras, 1996, p. 7). E ainda configurando-se como movimentos que não possuem grandes burocracias, com uma estrutura muito simples.

Naquele momento de avanço do neoliberalismo, a luta social também mostrava-se separada da esfera política, marcando tal a emergência da sociedade civil, dos movimentos sociais e do terceiro setor, isto pode ser exemplificado pelo aumento das organizações não governamentais e pelo surgimento do Fórum Social Mundial, um contraponto ao Fórum Econômico de Davos. Havia também uma rejeição movimentos sociais com relação à política tradicional, ao Estado e os partidos políticos, em virtude da postura neoliberal adotada, que culminou consequentemente em percas de direitos trabalhistas e sociais.

Neste momento dois fatos importantes ocorriam na América Latina, primeiramente a transição democrática e, em seguida, o que poderíamos chamar de a transição neoliberal. A transição democrática ocorreu no momento de saída dos governos autoritários, com a instalação de novos sistemas democráticos. Já a transição neoliberal, entrou como um modelo que substituiria o nacional-desenvolvimentismo latino-americano. (Lanzaro, 2008, p. 5)

Este modelo que representa a transição liberal ganhou força principalmente com a crise do modelo econômico do pós Segunda Guerra Mundial, quando no início da década de 1970, o mundo capitalista avançando entrou em recessão, apresentando baixas taxas de crescimento, alta inflacionária, déficit fiscal e ainda sentindo os efeitos da crise do petróleo. Já teoricamente, o neoliberalismo foi desenvolvido enquanto teoria econômica, remontando aos neoclássicos. Mas foi em Chicago, com fonte de inspiração nos estudos de Friedrich Hayek e, posteriormente, de Milton Friedman que a mesma veio a espalhar-se pelo mundo ocidental, influenciando jovens economistas Latino-Americanos que estudavam nos Estados Unidos. Principalmente, na década de 1980, como base do “pensamento único”, estes preceitos fariam parte do chamado Consenso de Washington preconizado por Margareth Tacher e Ronald Reagan (Comblin, 1999, p. 15) que pretendiam que os países da região seguissem a via chilena, já que desde 1975, este projeto foi aplicado no Chile pelos chamados “Chicago Boys” como um terreno para experimento da teoria que poderia minar daquele país a influência socialista deixada por Allende.

Para entender as bases do pensamento neoliberal é importante revisitar autores como Hayek que afirmava que as origens da crise enfrentada pelos Estados no mundo capitalista, naquele período, estavam no poder excessivo dos sindicatos, e no movimento operário, que havia prejudicado as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações sobre salários e as reivindicações para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.[...]. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos. (Anderson, 1995.p, 9-10)

A doutrina neoliberal não pode ser vista como pertencente apenas ao plano econômico, já que possui efeitos sociais e políticos marcantes. A doutrina neoliberal influenciou a economia, mas também a Ciência Política e as Relações Internacionais, corroborando para o surgimento de importantes escolas do pensamento, nestas disciplinas.

Já no âmbito social, temos o “retorno à naturalidade da desigualdade social ou à aceitação da existência do “fenômeno” da pobreza como inevitável” (Soares, 2003 p. 11). O principal objetivo do neoliberalismo neste momento era a disseminação do ideal do Estado mínimo (Ugá, 2004, p. 56), como também a desvalorização de qualquer forma de intervenção estatal na economia. Na América Latina, diferentemente dos países centrais, a influência das teorias de Keynes, muito em voga para a contenção dos efeitos da crise de 1929, levaram a criação de verdadeiros Estados de Bem-Estar Social, algo que na América Latina teve caráter limitado, apesar dos avanços sociais verificados naquele momento.

Uma das características do modelo nacional-desenvolvimentista na região, foi o endividamento externo para garantir os altos gastos públicos, tal endividamento feito pelos governos latino-americanos, ficou ainda mais crítico com as crises do Petróleo (1973 e 1979) o que ocasionou o aumento das taxas de juros internacionais. Em relação a este cenário econômico, foi desenvolvido em 1985 pelo secretário do tesouro dos

Estados Unidos, James A. Beker, um plano que previa empréstimos as nações latino-americanas, mediante a implementação de algumas reformas econômicas, como privatizações, redução do protecionismo e abertura a investimentos externos. No entanto este plano falhou, os países latinos estavam ainda mais endividados, pois não conseguiram honrar com os curtos prazos de pagamento. Em 1989 foi anunciado pelos EUA o novo plano Brady, que tinha como principal objetivo renegociar a dívida externa dos países em desenvolvimento. Este plano pretendia principalmente a redução dos juros das dívidas, que eram concedidos aos países, a partir do momento que aplicavam reformas neoliberais em seus Estados. (Silva, 2006, p. 188-189)

Para conter a crise, entre as propostas do receituário do consenso de Washington estavam; a redução dos gastos públicos; diminuição do papel do estado na economia; reforma tributária; liberalização financeira, para que a taxa de juros seja regulada pelo mercado; privatização das empresas estatais; entre outras recomendações (Williamson, 1993, p. 1332 apud Ugá ,2004, p. 56). Tais medidas foram adotadas pelos governos de direita eleitos na maioria dos países latino-americanos e foram propostas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, deixando altos custos sociais e representando o desmonte do Estado em toda a região.

Politicamente, no início dos anos 1990, a esquerda latino-americana estava desarticulada, mas buscou organizar-se partidariamente. Os partidos comunistas haviam praticamente desaparecido, as forças de esquerda haviam se agrupado em outros partidos de cunho social democrata, trabalhista, de centro ou centro-esquerda.

Naquele momento, as principais preocupações da esquerda passaram a ser a diminuição da pobreza e da desigualdade, na medida em que o neoliberalismo não conseguiu atingir suas metas. O nível de desigualdade na América Latina se acentuou, o Estado foi sucateado, os serviços públicos pioraram, o aumento dos tributos e a alienação das maiores riquezas naturais e estratégicas, fizeram com que cada vez mais os setores da esquerda se tornassem mais atraentes para os eleitores.

Assim, apesar do cenário internacional desfavorável para as esquerdas, sabe-se que o fim das ditaduras militares trouxe mais benefício para os setores da direita do que para a esquerda. Mas esse panorama começa a mudar, pois à esquerda renovada, mostrava maior interesse pela democracia, demonstrando-se ativa na luta pelos direitos à cidadania. Essas demandas, no entanto, estavam sendo protagonizadas pelos movimentos sociais, em um momento em que a globalização estava em alta, voltava-se a falar de nacionalismo. (Wasserman, p. 36 :2010)

1.2 A emergência das Novas Esquerdas Latino-Americanas na última década: as duas esquerdas

O surgimento da “onda” de eleições de partidos de esquerdas na última década, suscita algumas interpretações referentes a esse processo. Francisco Panizza (2006) defende que a ocorrência de tal fenômeno se deu pela grande frustração popular na região em relação à democratização e as reformas neoliberais.

Durante o processo de redemocratização na América Latina, houve grandes promessas de transformação não apenas política, mas social e econômica, como a do presidente Argentino eleito pela UCR em 1983, Raul Alfonsín, “*con la democracia se come, se cura y se educa*” (Panizza, 2006, p. 2). Após dois governos civis democraticamente eleitos, o do radical Alfonsín e o do peronista Carlos Menen; ficou evidente que a Democracia Argentina não pode cumprir suas promessas. Com a crise política instaurada no país entre 2001 e 2002 o regime democrático passou a ser visto de modo negativo, em toda a América Latina. Nesta época, muitos acadêmicos denominaram as democracias latino-americanas como “democracia de baixa intensidade” e “democracias não consolidadas” (Panizza, 2006, p. 3).

Em toda a região, Wasserman (2010, p. 35) relata que o processo de redemocratização na América Latina não pôs fim a muitos males sociais como: a pobreza, a desigualdade e a violência e isto motivou grande parte da população, inconformada, com a realidade de seus países a aderirem e apoiarem a organizações e partidos de esquerda.

Em uma segunda interpretação, Petkoff argumenta que tal fato foi possibilitado pelo fim da União das Repúblicas Socialistas e da Guerra Fria, quando os Estados Unidos deixaram de associar os governos da esquerda diretamente ao comunismo, o que acabou facilitando a trajetória destes partidos ao poder. Neste período, o fim da URSS pode ter sido um dos fatores principais do fortalecimento da esquerda, e do restabelecimento de sua autonomia ideológica e política, mas atualmente, os fracassos econômicos, sociais e políticos da extinta URSS não pesam tanto no bloco esquerdista. (Petkoff, 2007, p.175)

Esta interpretação é também compartilhada por Casteñedas (2006) o qual acrescenta que o fim da União Soviética auxiliou a esquerda a livrar-se de um “estigma

geopolítico” relacionado à ordem bipolar. Outro ponto de influência direta para explicar a ascensão recente das esquerdas na região, segundo ele, residiria na desigualdade, na concentração de riqueza e da miséria na América Latina. Sinais fundamentais de que a América Latina, em algum momento, seria governada por partidos de esquerda ou de centro, detentores de discursos pautados na agenda social.

Além de destacar elementos que possibilitaram o avanço da esquerda na região, a literatura especializada cuidou em estabelecer definições e tipologias para classificar as forças de esquerda. Em relação à chamada “onda rosa” latino-americana existem concordâncias e discordâncias sobre as classificações e as tipologias, no entanto, a maioria dos autores concordam com a existência de dois grupos ou subgrupos dentro da denominação de esquerda.

Silva (2011) no sétimo capítulo do livro “Vitórias na crise” faz um trabalho de revisão de vários autores que assinalam semelhanças e diferenças entre as novas esquerdas, para ele a classificação mais comum é entre uma esquerda socialdemocrata e uma esquerda populista. A partir desta tipologia já se pressupõe uma esquerda vista de modo positivo, sentido que o termo socialdemocracia carrega e a outra de modo negativo, motivado pelo sentido embutido no conceito de populismo.

O conceito de socialdemocrata possui um alto grau polissêmico. Deste modo pode-se considerar ao menos três formas de entender este conceito. A primeira refere-se a uma regulação política, social e econômica da Europa Ocidental do pós-guerra, no qual os partidos socialdemocratas, originados de uma corrente que surge dentro do marxismo, e que rompe com ele de modo progressivo, passa a ser um dos principais defensores do keynesianismo, correspondendo aos Estados de Bem Estar Social na Europa. Silva (2011) salienta que sob este aspecto de socialdemocracia o uso do termo para governos latino-americanos estaria muito distante, por ter sido fruto de uma época e acontecimentos particulares que não são semelhantes ao momento vivido atualmente na América Latina.

O segundo modo de encarar um conceito para socialdemocracia, pode também estar ligado ao termo como um “definidor de um corpus pragmático específico”, que foi utilizado de início como rotulação de partidos socialistas e trabalhistas no século XIX, e no século XX passou a fazer referência a partidos democráticos nacionais e de esquerda, entre os partidos que eram denominados “comunistas”, passou a ser uma nomenclatura, que dividiria os blocos da esquerda neste momento (Silva, p. 239-240 : 2011).

Uma terceira forma de se entender socialdemocracia, seria o uso do termo no sentido de referência e definição a “qualquer experiência de reforma gradual do capitalismo dentro dos moldes de democracia liberal na direção de mais justiça social e igualdade”. (Silva, p. 240 : 2011). Modo no qual o termo perderia muito da capacidade definidora, podendo ser aplicada de forma muito ampla.

Para o conceito de populismo, um dos termos utilizado na composição analítica das duas esquerdas, existe várias interpretações; Laclau (1978), reconhece como uma das mais coerentes, a defendida por Germani e Di Tella, que se caracteriza como uma concepção funcionalista do populismo, produzida por um fenômeno assíncrono nos processos de transição de uma sociedade tradicional para industrial. Nas quais as classes sociais estão presentes no populismo, mas, no entanto, não enquanto classes em si. Estariam em polos opostos duas classes: a sociedade tradicional e a industrial. O populismo estaria no processo de transição de uma para a outra.

Outro modo de entendimento para o termo, desenvolvido por Laclau, seria a de que, o populismo estaria de algum modo em todas as atividades políticas, e também como parte do funcionamento da comunidade. (Silva, 2011, p. 237). Neste sentido o populismo é em essência uma forma de articulação, que consegue articular as demandas das diferentes categorias, povo e classe dominante. Consiste no processo de sintetização do momento antagônico ao discurso de classes divergentes. Para Laclau fica claro que as causas do populismo tem pouca relação com a etapa do desenvolvimento. (Laclau, 1978).

A partir do esclarecimento destes dois conceitos que são amplamente explorados pelos autores que buscam entender as forças de esquerda latino-americanas. Partimos agora para a revisão de algumas das definições propostas que estão basicamente organizadas em análises dicotômicas que ressaltam diferenças entre os dois polos. Sintetizaremos aqui as análises propostas por Petkoff (2007), Castañedas (2006), Lanzaro (2008),

(2006), Silva (2011) e Sader (2009), o último autor diferente dos demais, funda a sua análise com ênfase nas semelhanças entre as duas esquerdas. Castañedas, Lanzaro e Panizza são os autores que utilizam os termos, socialdemocracia e populismo em suas análises.

Iniciando pela tipologia empreendida por Jorge Castañedas (2006) na qual a sua análise como as dos demais autores aqui selecionados, está dividida entre dois grupos: uma socialdemocrata e outra populista, a primeira seria uma esquerda boa, que teria

raízes radicais, mas no momento contemporâneo, configura-se como moderna por ser aberta, sensata e realista. Seus principais expoentes estariam no poder no Brasil, Chile e Uruguai. E a segunda considerada má, por ser fechada e populista, com poucas bases ideológicas, os quais ele chama atenção para a figura dos representantes políticos como Cháves, Kirchner, Morales.

Uma delas é moderna, de mentalidade aberta, reformista e internacionalista e, paradoxalmente, tem suas raízes na esquerda de linha dura do passado. A outra, nascida da grande tradição do populismo latino-americano, é nacionalista, estridente e de mentalidade fechada. A primeira tem plena consciência de seus erros passados e se modificou em razão dessa consciência. A segunda, infelizmente, não fez o mesmo. (Castañedas, 2006, p.2)

Esta análise desenvolvida por Castañedas, segundo Silva (2011, p. 231), seria extremante simplista, sem nenhum critério em relação ao uso dos termos empregados. No entanto as análises feitas por Panizza e Lazaro que utilizam os mesmos conceitos, são análises que demonstram-se mais elaboradas e menos normativas.

Panizza (2006) ao reconhecer a existência de dois grupos de esquerdas latino-americanas – populistas e socialdemocratas-, afirma que estas podem ser entendidas a partir das instituições da democracia representativa, do impacto das reformas econômicas em relação as populações de cada país, e a relação com o Consenso de Washington.(Panizza, 2006, p.10). Para ele a principal distinção entre as duas esquerdas estaria não tanto no campo ideológico, mas sim nas relações de estabilidade das instituições política e o efeito das reformas neoliberais sobre a sociedade. Deste modo o grupo de esquerdas socialdemocratas chega ao governo em países que possuem mais estabilidade nas instituições políticas, parlamentos e partidos, e que não possuem capacidade de concentração de poder no executivo. O que segundo Panizza, colocaria uma dificuldade no plano de simplificar a sociedade, de colocar um antagonismo entre poderosos e excluídos, como segundo ele ocorre no modelo populista. (Panizza, p.14 : 2006).

O uso do termo socialdemocracia feito por Panizza se estabelece em um sentido mais amplo, no qual o usa em contradição a uma esquerda revolucionária, uma esquerda que aceita a democracia liberal e que trabalha na busca de uma reforma gradual do capitalismo e tem como princípios a equidade social. Neste grupo de esquerdas encontra-se como representantes os partidos Partido Socialista do Chile (PSCh), Frente Ampla (FA) Uruguai, e o Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Para Panizza os populistas adentaram a arena política, em meio a circunstância de instabilidades estruturais política e partidária. Causados por momentos de crise econômica. E assim explica a ascensão destas figuras políticas:

“outsiders” o pseudo outsiders que redefinen las fronteras del sistema político a través del antagonismo entre los excluidos y los poderosos y dan voz a actores sociales que no se sienten representados por los partidos dominantes. (Panizza, 2006, p.12).

Os principais representantes do grupo populista na América Latina para este autor seriam as figuras de Hugo Chávez, Evo Morales e Nestor Kirchner.

Lanzaro (2008) em uma identificação primária, reconhece três modalidades dentro das novas esquerdas; 1) primeira seria de governos com caráter populista: Venezuela, Bolívia, Equador; 2) o segundo grupo de governos com origens em partidos nacional-populares de existência precedente: ele destaca o caso da Argentina com Néstor Kirchner, e a sua recriação do peronismo; 3) e o terceiro grupo, estariam os governos do tipo socialdemocrata, que seriam os governos de Lula da Silva no Brasil, Ricardo Lagos no Chile e Tabaré Vázquez no Uruguai. No entanto ao longo do desenvolvimento de sua análise o autor, soma ao primeiro grupo o caso argentino, como um tipo de populismo.

A análise de Lanzaro, não se diferencia da proposta feita por Panizza tendo para a caracterização dos populistas e socialdemocratas as mesmas premissas. Lanzaro entende que os populistas são grupos constituídos por partidos ou movimentos de baixa densidade, que apresentam debilidades consideráveis e pouca institucionalização. (Lanzaro, 2008, p. 26). Estes governos devem ser entendidos segundo Lanzaro como foi defendido por Panizza, a partir dos contextos em quais se encontram. O que se difere no estudo de Lanzaro para Panizza está principalmente na nomenclatura que ele busca estabelecer a de “social-democracia criolla”. Ele estabelece esta nomenclatura, no sentido em que os governos denominados socialdemocratas podem ser comparados aos seus referentes europeus, no entanto os processo de desenvolvimento histórico latino-americanos e a era neoliberal regional devem ser levadas em consideração.

Lanzaro considera que as esquerdas socialdemocratas criollas fazem parte dos partidos com maior estabilidade e capacidade para lidar com problemas sociais complexos. Concordando com a análise de Panizza (2014, p.14) de que os governos socialdemocratas conferem aos países que administram maior estabilidade econômica conquistadas nos últimos anos, pois adaptaram-se as políticas postuladas pelo Consenso

de Washington, com políticas sociais focalizadas, como ação paliativa aos efeitos do liberalismo nos setores mais excluídos da população.

Petkoff (2007) em sua análise assemelha-se a proposta por Castañedas, ambos tem uma concepção de uma esquerda boa e uma má. Este autor, no entanto classifica com termos diferentes, denominando uma esquerda democrática/moderna e uma esquerda autoritária/arcaica. O primeiro grupo teria como principais representantes: Lula, Lagos, Kirchner e Vázquez, os quais qualificam como representantes das esquerdas mais brandas. A segunda corrente seria representada por Castro e Chávez, mesmo reconhecendo-se as diferenças substanciais entre esses governos, o caso da Bolívia e o governo de Evo Morales para ele seria considerado um híbrido entre os dois modelos (Petkoff, 2007, p.179).

Petkoff reconhece os dois grupos de esquerda, superficialmente, como uma única “família” apesar de suas diferenças, posto que a esquerda moderna teria em comum com a esquerda arcaica um passado de luta contra as ditaduras militares quando na clandestinidade participaram da luta armada, principalmente, em países como Brasil, Uruguai e Argentina. No contexto atual, tais forças políticas ao ocupar o poder deixaram de lado pretensões relacionadas ao “socialismo real”, e passaram a dar ênfase a valores democráticos. Este modelo da nova esquerda estaria direcionado a um caminho de reformismo avançado, compreendendo uma agenda de transformação social. A esquerda moderna busca como caminho o desenvolvimento econômico com igualdade, aliados ao aprofundamento da democracia⁶. Podemos fazer um comparativo com a análise de Castañedas, tendo em vista que ambos trabalham com a concepção de uma esquerda boa e outra má, ou seja, uma a ser considerada e respeitada e outra que poderia ser descartada.

A proposta de Silva (2011) para uma nova nomenclatura de tipologias das esquerdas latino-americanas, baseia-se principalmente na análise dos partidos políticos. As tipologias que ele sugere são “renovadoras” e “refundadoras”. No entanto este autor chama a atenção para o fato de que as tipologias propostas não podem ser divisões profundas e definitivas entre os casos, mas “devem permitir inclusive mudanças de posicionamento ao longo do tempo.” (Silva, 2010, p. 133). Ele reconhece que os pontos de contato e semelhança entre as esquerdas – como latino-americanas, contemporâneas, governantes e esquerdas – e as reconhece como distantes dos modelos organizativos de

⁶ Como exemplo desta esquerda Petkoff cita os Partidos de *La Liberación Dominicana*, Partido Revolucionario Democrático (PRD) panamenho e do *Partido Progressista Popular (PPP)* guianês.

esquerda clássica; aceitando o modelo de governar em democracia. Deste modo as diferenças encontradas entre elas irão definir suas tipologias. Deste modo as esquerdas renovadoras:

[...]são as caracterizadas por maior institucionalização, maior integração ao sistema político, aceitação das instituições da democracia representativa na forma “realmente existente” em seus países e crítica moderada ao neoliberalismo. As segundas [refundadoras] são caracterizadas por menor institucionalização, menor integração ao sistema político, integração crítica às instituições da democracia representativa e crítica radical ao neoliberalismo (no limite plasmada com um anti-capitalismo). (Silva, 2010 p. 133)

Neste sentido o primeiro grupo pretende “renovar” a arena política, o Estado e o governo, buscando mais igualdade social ampliando o papel do Estado na economia. As esquerdas renovadoras estariam próximas “*senão do programa neoliberal das últimas décadas, ao menos do ideário liberal clássico, e da concepção liberal de política e representação.*” (Silva, 2010, p. 132). De acordo com esta interpretação, os partidos representantes deste grupo seriam o PSCh, PT, a FA. Estes partidos políticos também apresentaram uma mudança nos discursos de seus líderes e em sua agenda programática, principalmente, no decorrer dos anos de 1990 aos anos 2000, ou seja, quando optaram pela moderação em relação ao discurso que tinham na época de fundação.

O segundo grupo propõe uma “refundação” das instituições partidárias e o do Estado, buscando superar de modo radical o status-quo o qual utilizaram para chegar ao poder como os partidos políticos, o sistema partidário, que consideram “corruptos”, “autoritários” e “coloniais”. (Silva, 2010, p. 138). Os partidos elencados sob esta tipologia possuem uma identidade revolucionária e defensora da superação do neoliberalismo. São classificados como “refundadoras” por agregarem a seus programas demandas étnicas, identitárias e culturais, além de discurso anti-sistêmico. Pode-se exemplificar a inclusão de demandas étnicas através do partido Boliviano MAS, e quanto a posição anti-sistêmica os partidos MAS, PAIS e pelo MVR. Importante frisar, contudo, que não se trata de um projeto anti-capitalista, mas sim uma proposta de refundação destes Estados, com a transformação proposta em seus sistemas políticos e instituições.

Sader (2009) diferente dos autores vistos anteriormente, tem como base analítica as semelhanças existentes entre as esquerdas, pois entende que as diferenças são mínimas, comparando-se as diferenças existentes entre as esquerdas atuais e os

governos de direita que vigoravam no período anterior. (Silva, 2011, p. 234). Sader classifica as duas esquerdas entre uma esquerda moderada e uma radical, no entanto as duas como pós-neoliberais. Estes novos governos em relação aos governos neoliberais anteriores, demonstram um processo de integração regional, primeiramente com o Mercosul e em um segundo momento com a Alba – concordam sumariamente com a extinção da Alca - e opõem-se aos tratados de livre comércio propostos pelos Estados Unidos, para Sader, além do processo de integração regional, estes governos demonstram a construção de modelos pós-neoliberais.

[...] há países que buscam a refundação de seus Estados, como base em esquemas pós-neoliberais e pós-liberais, no sentido de que buscam novas formas de representação política, além do formalismo liberal, como é o caso da Venezuela, da Bolívia e do Equador – esses últimos buscam fundar Estados plurinacionais, pluriétnicos e pluriculturais. Entre eles, estão países – como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – que puseram em prática níveis de regulação do Estado sem recompor os Estados prévios ao neoliberalismo, freando e desmantelamento dos aparatos estatais, fortalecendo capacidades setoriais de regulação estatal, brechando os processos de privatização anterior, fomentando o novo crescimento do trabalho formal e reequipando o funcionalismo e os servidores públicos. (Sader, 2009 p. 170).

As esquerdas moderadas, (Sader 2009) correm o risco, se não contestarem o modelo neoliberal – como os governos de Lula, Kirchner - buscando alterar a correlação de forças dentro do campo social, a hegemonia do mercado financeiro, “a ditadura da mídia privada”, a influência exercida pelo agronegócio entre outros, se estes problemas não foram enfrentados de forma democrática, como também solucionada algumas destas questões estes governos terão sua capacidade de ação limitada, chegando possivelmente a uma recessão, podendo haver um ruptura no processo de distribuição de renda e o favorecimento da volta de governos da direita. Deste modo os modelos econômicos existentes na Bolívia, Equador e Venezuela, demonstraram uma combinação de refundação do Estado e a busca de uma transformação das relações “de poder que estão na base do Estado neoliberal”. (Sader, 2009, p.129).

As novas esquerdas não são ortodoxamente neoliberais, no entanto, também não demonstram uma ruptura definitiva com o modelo, estes novos governos progressistas o mantem de modo flexibilizado, no sentido em que o velho modelo tenta sobreviver a qualquer custo, e um novo modelo encontra dificuldades para tentar substituí-lo. Países como Brasil, Argentina e Uruguai, demonstram uma flexibilização, dando continuidade política financeira, demonstrando cada qual a sua maneira conseguir dar impulso a um

ciclo econômico expansivo em suas economias. A flexibilização do modelo neoliberal pelos governos progressistas, continuam principalmente em razão do sucesso que as políticas sociais passaram a demonstrar; tais políticas são o principal diferencial que estes governos tem em relação às administrações políticas neoliberais anteriores. (Sader, 2009, p.168).

Os países como Bolívia, Equador e Venezuela são os que demonstram uma postura anti-neoliberal mais acirrada, e se opõem fortemente ao governo norte americano, no entanto pela falta de opções na busca de novos aliados estratégicos aproximar-se de países que possuem algum conflito com os Estados Unidos, como a Rússia, o Irã, a China e a Bielo-Rússia. No entanto estes países que demonstram uma caminhada mais decidida ao fim do neoliberalismo, não possuem o maior desenvolvimento econômico na América Latina, mas, no plano ideológico lançaram teses importantes para debate, “como do Estado plurinacional e pluriétnico, do socialismo do século XIX e da integração solidária, exemplificada pela Alba” (Sader, 2009, p.177).

Parte II

2 Panorama das mudanças políticas e socioeconômicas dos governos de Esquerda na região

Na segunda parte deste trabalho, serão analisados os contextos de ascensão dos partidos de esquerda latino-americanos, com destaque para suas principais políticas sociais e mudanças político-institucionais. O momento atual no qual se encontra o cenário político latino-americano desperta atenção de estudos acadêmicos, suscitando também vários debates sobre este processo, principalmente no que tange as tipologias das esquerdas atuais. Posicionamo-nos na defesa de que as tipologias aparecem como um meio facilitador em relação a este fenômeno, não em um sentido negativo, com baixo nível de critérios, mas como um modo auxiliar de entender-se o panorama geral.

No entanto este processo busca trazer alguns pontos de generalizações para que as esquerdas possam se encaixar em grupos, o que acaba em alguns momentos apresentando-se insuficiente, podendo até excluir as singularidades de cada caso. Após perpassar as análises feitas pelos autores citados na última subsecção, reconhecemos que as tipologias estudadas até aqui não dão conta de todos os governos considerados atualmente progressistas ou de esquerda. Deste modo estudaremos as novas esquerdas latino-americanas em dois blocos, o primeiro representado pelos países Andinos: Venezuela, Bolívia e Equador, - grupo de países que dentro das análises estudadas recebeu uma maior unanimidade de análise - os quais foram denominados pelos autores como forças políticas, governos ou partidos de cunho populistas, refundadores, arcaicos e radicais.

O Segundo grupo se organiza de forma mais polêmica no qual encontram-se os países da Argentina, Chile e Brasil, e não se enquadram de maneira geral e concordante entre as todas análises estudadas. O caso mais problemático é o da Argentina, que dentre os defensores das tipologias “populistas” e “socialdemocratas” a reconhecem como populista, já dentro da perspectiva “moderna/democrática” em oposição a “arcaica/ autoritária” de Petkoff, encontra-se como um modelo de esquerda moderna. Nas tipologias desenvolvidas por Silva (2010) não é mencionada, pelo fato de que o autor posiciona seus estudos em partidos de esquerda, e o partido Justicialista/Peronista possui internamente várias facções. Nos estudos de Sader, a Argentina aparece como

um dos governos progressistas de cunho moderado, correlacionado ao Brasil e ao Uruguai, apontando para um país que vem mostrando-se flexível diante das políticas neoliberais, mas com uma postura progressista, buscando a distribuição de renda e o crescimento interno, fortalecendo o estado e freando as privatizações.

Na análise feita por Sader o Chile não aparece como um dos governos progressistas resistentes ao neoliberalismo, mas como um dos países que segue no continente como representantes do Estado mínimo, como um dos casos de sucesso desta vertente, pois o governo tanto de Lagos, como de Bachelet teriam trazidos mudanças muito pequenas em relação aos governos anteriores. Deste modo não se encaixaria em sua análise das esquerdas pós-neoliberais.

Para o desenvolvimento da análise a seguir escolhemos dois grupos de tipologias das esquerdas para serem trabalhadas; a desenvolvida por Silva (2010) “refundadoras” e “renovadoras”, e a de Sader (2009) que enfatiza as semelhanças entre uma esquerda mais “radical” e outra “moderada”, a escolha se deu principalmente pelo caráter mais descritivo que as duas análises tipológicas demonstram. A seguir serão desenvolvidos os contextos de ascensão dos governos progressistas na região, e as principais políticas empreendidas pelos seus governos, como um modo de entender a validade ou não das tipologias selecionadas.

2.1 A esquerda Andina: refundadora e radical

A guinada da Nova Esquerda na América Latina teve seu início em 1998 quando Hugo Chávez venceu as eleições e chegou à presidência Venezuelana, em 1999. Diferentemente de outros países da região, a Venezuela, viveu sob um regime democrático, por quatro décadas, enquanto seus vizinhos viveram sob regimes militares (Oliveira, 2012). Em 1958, com o fim do governo ditatorial de Perez Gimenez, foi firmado o Pacto de *Punto Fijo*, pelo qual os principais partidos políticos revezaram-se no poder - *Acción Democrática* e *Copei*-. Em 1984, o governo de Jaime Lusichi (1984-1989) deu início a instauração de medidas econômicas neoliberais, que tinha como objetivo garantir o refinanciamento da dívida externa e o equilíbrio econômico interno do país, em meio à crise regional já generalizada. Em 1989, o governo do então presidente Carlos Andrés Perez (1989-1993) anunciou a adoção de políticas mais ortodoxas formuladas com base no consenso de Washington. A situação econômica

deteriorou-se, afetando os setores populares, o que levou a mobilizações em relação às medidas neoliberais, das mobilizações ocorridas, o episódio conhecido como “caracazo”⁷(1989), foi o mais significativo e apareceu como um marco sinalizar da crise estrutural do neoliberalismo na Venezuela.

Chávez movido pela situação em que seu país encontrava-se, em 1992 articulou um golpe de Estado, mas diante do fracasso, foi preso junto a seus companheiros. No entanto, a tentativa do golpe foi visto como legítimo pela maioria da população, que ansiava por mudanças políticas na Venezuela.

Quando Chávez saiu da prisão, em 1994, era candidato natural, mas achava o sistema corrupto demais. Rejeitando qualquer eleição realizada no espírito do *establishment*, começou a enfatizar a criação de uma Assembleia Constituinte para redigir uma nova Constituição, proposta que três anos depois se tornaria sua grande plataforma eleitoral. Até lá pregaria a abstenção.[...] Chávez só declarou formalmente sua intenção de concorrer à Presidência da República em abril de 1997, quando os contatos com o MAS e com uma ala da Causa R estavam bastante adiantados. Com a lei eleitoral não permitia que partidos políticos portassem nomes ou símbolos pátrios, teve de mudar o nome do MBR-200 para Movimento Quinta República, alusão ao início de uma nova era política. (Uchoa, 2003 p.174).

Ao longo da campanha presidencial⁸ de Chávez em 1998, recebia cada vez mais apoio dos partidos de esquerda, como o PPT e o MVR⁹. O partido MAS, também decidiu apoiar a candidatura de Chávez ingressando na coligação *Pólo Patriótico* no momento em que este candidato já liderava as pesquisas. No ano de 1998, Chávez venceu a eleição com 56,20% dos votos, contra 39,97% de Salas, segundo colocado. Naquele momento, a Venezuela se apresentava como um dos países com rendas mais

⁷ O Caracazo foi uma revolta popular urbana que ocorreu em Caracas em 27 e 28 de fevereiro de 1989. As manifestações populares se deram principalmente pelos ajustes anunciados por Carlos Perez então presidente da república, tais medidas previam o aumento do preço do transporte público entre outras altas de preço. A população em geral já vinha enfrentando a deterioração salarial e o aumento de preços dos produtos alimentícios entre outras dificuldades econômicas. Com os novos reajustes nos preços das passagens, milhares de trabalhadores demonstraram a sua revolta nas ruas, nessas mobilizações ocorreram saques, e a queima de ônibus e automóveis, as forças armadas como forma de reprimir as revoltas aplicaram a força severamente. O executivo venezuelano reconheceu a morte de 327 civis e mil feridos nesta ocasião. Os correspondentes internacionais julgaram ter ocorrido mais de mil mortos. (Martínez, 2008).

⁸ Uma das principais concorrentes de Chávez foi Irene Sáez, ex-miss mundo, graduada em ciência política pela Universidade Central de Caracas, e prefeita duas vezes da rica cidade de Chacao, (Jones,2008,p. 217). Ganhou fama pelo seu perfil de católica devota. Para a sua campanha a presidência formou o movimento “Integração, Renovação e Nova Esperança”, de início era vista como a candidata favorita eleição, ao longo da campanha foi caindo nas pesquisas.

⁹ Movimento Quinta República, que fazia alusão a construção de uma nova república, pois até o momento o país já havia tido quatro repúblicas desde sua independência como nação. (Jones, 2008)

desiguais do mundo. Segundo o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas quase a metade da renda ficava com 20% da população mais rica. A votação em Chávez representou o repúdio da população de classe baixa às políticas neoliberais que causaram ainda mais depreciação da renda. A principal proposta que levou Chávez ao poder, inspirado nos ideais de Bolívar, foi a proposta de uma nova República, através da construção de uma nova constituição.

Quando Chávez assume a presidência em 1999, a situação econômica do país estava em um momento crítico, pois o preço do petróleo era o mais baixo desde 1979. É neste cenário que ele coloca em prática a proposta de fundação da Quinta República Venezuelana, sendo que para isto seria necessário partir para uma nova constituinte. (Souza e Souza, 2009, p. 30).

Em janeiro de 1999 Chávez anunciou a transição da Quarta República¹⁰ para a Quinta República, através de um referendo convocatório para a constituinte que levaria a cabo a missão de criar uma nova constituição, obtendo aprovação de 88%, deu-se início ao processo de elaboração da nova constituição, que de maneira controversa, realizou até a mudança do nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

Para Lander (2004, p.2) a proposta da nova constituição foi formulada como um ato simbólico de “*refundación de la patria*”, configurando uma substituição da anterior. A nova constituição foi aprovada pela população em 15 de dezembro de 1999. Entre algumas das mudanças destaca-se: a extinção do Senado e a criação da Assembleia Nacional unicameral; ampliação do mandato presidencial, com a possibilidade de eleição ilimitada, redução da jornada de trabalho de 48 horas para 44 horas semanais, garantia de direitos como saúde, educação e aposentadoria para toda a população. Por fim, um ponto importante na área econômica que foi a proibição, por parte do governo, da venda de suas ações da PDVSA.

O Governo Chávez através do projeto de Leis Habilitantes em 2001 aprovou por decreto presidencial 49 leis, dentre elas destacam-se: a Lei de Hidrocarbonetos, líquidos e gasosos, leis de terras que possibilitou a reforma agrária, e a lei de pescas que reservou as áreas mais prósperas aos pequenos pescadores. Essas leis atingiram diretamente as oligarquias venezuelanas, gerando forte reação da oposição e das elites. (SOUZA e SOUZA, 2009, p. 31 -33).

¹⁰ Período pelo qual teve vigência a quarta constituição venezuelana que durou de 1830 a 1999.

A estabilidade econômica no governo Chávez só ocorre após 2004, assegurada principalmente pelo aumento no preço do petróleo, o que permitiu a implementação de programas sociais, que ficaram conhecidos como “missões”. Um dos principais projetos de Chávez era garantir a reativação da agricultura interna, para o abastecimento de alimentos e aumento do emprego rural, o que levaria a diminuição da dependência de importações no setor alimentício, promovendo assim o desenvolvimento econômico e social, com finalidade de diminuição da pobreza. “As missões” representaram uma versão melhorada do improvisado Plano Bolívar 2000, que surgiu no início do governo Chávez para atender à falta de alimentos, assistência médica deficiente, e escolas. Dentre as missões, um dos programas mais conhecidos é o “Barrio Adentro”, que disponibilizou médicos, principalmente cubanos, para postos de saúde das regiões mais pobres do país.

Em 2006, Chávez foi reeleito com 62,9%, para o seu terceiro mandato que teria início em 2007. Naquele ano, a PDVSA, estatal venezuelana, passa a controlar a exploração de petróleo na faixa de Orinoco, uma das maiores reservas do mundo, evidenciando o plano anunciado por Chávez em promover o “socialismo do século XXI”, incluindo o destacado papel do Estado na economia. Isto implicaria na maior produção de produtos básicos nacionais, no desenvolvimento da indústria e a agricultura, que teria como objetivo maior, mudar a economia de enclave tida como rentista e baseada no petróleo. (Souza e Souza, 2009, p.34).

O principal avanço social obtido no governo de Chávez, com certeza foi a diminuição da pobreza. A Venezuela em comparação aos países latino-americanos apresentava um dos índices de indigência e pobreza mais altos, no entanto nos últimos anos apresentou uma melhora significativa; principalmente a partir de 2004 com a alta no preço do petróleo. Em 1999 tinha o índice de pobreza de 49,4% e o de indigência de 21,7%. O resultado de dez anos depois teve uma mudança considerável. O índice de pobreza passou para 27,8% e o de indigência 10,7%¹¹, obtendo uma diminuição de praticamente metade dos percentuais, no entanto os esforços estatais venezuelanos precisam buscar outras alternativas para além do rentismo petrolífero, para que estes índices alcançados mantenham um ritmo de desenvolvimento, e não corram riscos de retrocessos em meio a momentos de instabilidade.

¹¹ Dados em relação a nível de pobreza e indigência obtidos através do Anuário estatístico da Cepal de 2012.

Outro exemplo de ascensão de governo da Nova Esquerda, dentro das tipologias consideradas refundadoras e radicais é o caso da Bolívia. A eleição de Evo Morales em 2005 representou uma reação da sociedade boliviana às políticas neoliberais de seus predecessores, a insatisfação popular em relação ao neoliberalismo, tem suas raízes na década de 1980 ainda no governo de Victor Paz Estenssoro (1985-1989). Durante este governo ocorreu a privatização de empresas estatais, entre elas a COMIBOL (Corporação Mineira da Bolívia), levando ao fechamento de muitas minas e a demissão de 20 mil mineiros¹². As medidas liberalizantes trouxeram também perdas para o setor industrial boliviano, pois este não aguentou a concorrência com o mercado estrangeiro, o que ocasionou em redução de custos trabalhistas. A vida no campo também foi atingida, com a abertura comercial deste ramo, levando a quebra de muitos produtores e um aumento no processo de êxodo rural, o que acarretou no aumento das periferias urbanas. As políticas neoliberais continuaram no governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-1997), que privatizou os hidrocarbonetos. Ainda neste mesmo governo, foi firmado o acordo conhecido como Plan Dignidad com os EUA para a erradicação do plantio de coca no país.

Em 2000, a ortodoxia neoliberal continua vigorando no país, houve neste momento por parte do governo de Hugo Banzer (1997-2001) a tentativa de privatização do fornecimento de água, o que provocou inúmeros protestos e mobilizações sociais que culminou em uma crise política. Em decorrência destas mobilizações ocorridas principalmente em Cochabamba e La Paz, contribuíram para a não privatização do abastecimento de água e no cancelamento por parte do governo das privatizações pretendidas. As principais oposições ao neoliberalismo deram-se, principalmente de baixo para cima, partindo da sociedade civil e dos movimentos sociais em direção às instituições políticas.

No ano de 2003, ocorre novamente uma nova série de protestos populares contra a exportação do gás natural para os Estados Unidos, através da saída do mar perdida para o Chile durante a histórica Guerra do Pacífico. Neste momento, o gás se configurava como o principal produto de exportação da Bolívia. As mobilizações populares travadas foram tão intensas que resultou na renúncia do presidente Sánchez de Lozada. Sem solução efetiva para as demandas populares, novos protestos se

¹²Maurício Santoro Rocha, Estado, Movimentos Sociais e Recursos Naturais na Bolívia (1952 – 2006). In: *Bolívia: de 1952 ao século XXI*, 2007, Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), Ministério das Relações Exteriores, Brasil, p.29

desencadearam em 2005, momento em que novas eleições foram realizadas. Foi neste momento turbulento e de crise estatal, política e partidária que ocorreu a eleição presidencial de Evo Morales, que contou com grande aprovação popular.

Segundo Souza (2009, p.8) “uma importante característica do movimento que levou Morales ao governo é o apego a valores democráticos, como a incorporação na vida política institucional de populações ou grupos sociais antes marginalizados”. Morales foi eleito pelo MAS com 53,7% dos votos, diferente da postura que manteve em 2002 como candidato, em 2005 demonstrava um discurso mais atualizado, que não se mostrava em sua totalidade anticapitalista, mas com o intuito de desenvolvimento de um Estado plurinacional e democrático, defendendo também uma das grandes reivindicações populares como a nacionalização dos hidrocarbonetos, fazendo menções de apoio ao empresariado nacional e ao investimento tanto em infraestrutura como em programas sociais.

A principal mudança efetuada pelo governo de Evo Morales foi à nova constituição aprovada ao final de 2007, quando se aprovou a ampliação dos direitos políticos e sociais, sejam eles individuais ou coletivos dos bolivianos, valorizando o caráter plurinacional e comunitário de sua cultura. O Estado passou a reconhecer 36 nações originárias, além de prever a autonomia dos departamentos indígenas, reconhecendo a jurisdição dos povos originários em relação às outras autoridades públicas. Na administração pública estabeleceu o “controle social”, através do qual o presidente se reúne com representantes de movimentos sociais e sindicatos para avaliar a administração. Neste governo, também foram aprovadas políticas públicas que preconizam a distribuição de renda, e beneficiam principalmente: crianças, idosos sem aposentadoria e mulheres grávidas. (Stefanoni, 2010, p. 117-120)

O resultado administrativo deste governo progressista demonstra saldos positivos na área de diminuição da pobreza. No ano 2000 na Bolívia o índice de indigência foi de 38,8% da população, e o de pobreza 63,7%, No ano de 2011 o índice de pobreza extrema passou para 18,7% e o de pobreza para 36,3%¹³, as mudanças em comparação ao passado da Bolívia foram enormes, no entanto ainda se tem uma grande faixa da população em situações extremas, em decorrência da baixa renda econômica. A Bolívia apesar deste panorama de mudança ainda é um dos países mais pobres da América Latina.

¹³ Dados em relação ao nível de pobreza e indigência obtidos através do Anuário estatístico da Cepal 2013.

No Equador, o governo de Rafael Correa surgiu em um contexto similar aos governos tratados anteriormente, ou seja, em meio a uma crise de legitimidade política. Após o período de redemocratização (1979) até o ano de 2006 somaram-se 12 presidentes equatorianos, a maior parte deles sem conseguir concluir o mandato. O período pós-ditaduras militares iniciou-se com governo de Jaime Roldós (1979-1981), mas foi com o governo de Hurtado, seu vice e sucessor, que os ajustes neoliberais foram adotados, com o intuito de buscar a estabilização macroeconômica. As medidas preconizadas pelo consenso de Washington foram aplicadas de maneira mais intensa no governo de León Febres Cordero (1984-1988). Em meados dos anos 2000 durante governo de Jamil Mahuad (1998-2000) o país enfrentou uma de suas maiores crises financeiras. A população equatoriana encontrava-se em grandes dificuldades econômicas e a insatisfação popular resultou em manifestações de vários movimentos sociais e greves. (Rodrigo, 2012)

Em 2005, os protestos populares ressurgem e provocam a destituição de Lúcio Gutiérrez (2003-2005) pelo movimento popular *foragidos*¹⁴ (Silva, 2012, p.10), neste contexto o vice-presidente Alfredo Palacio assume a presidência – até janeiro de 2007 - em seu curto mandato convida Rafael Correa para ser o seu ministro da econômica, foi neste cargo que ganhou popularidade o que foi fundamental para a sua candidatura a presidência. Rafael Correa¹⁵ é eleito em novembro de 2006 e assume o governo em janeiro de 2007, tendo como principal projeto de campanha a elaboração de uma nova constituição, que foi aprovada em 2008 através de referendo popular.

Correa foi eleito pelo partido *Aliança País*¹⁶, como candidato mostrou-se diferentemente do perfil dos políticos tradicionais, um economista com ideologias de esquerda, possui grau de PHD, obtido em 2011 por uma universidade norte-americana. Teve como principal oponente nas eleições o candidato Álvaro Noboa (PRIAN) conservador de direita, que em campanha acusava seu opositor de ser um “comunista”.

A principal inovação de Rafael Correa, a partir de 2007, com uma postura declaradamente anti-neoliberal, e de oposição em relação ao Banco Mundial e ao FMI,

¹⁴ Em abril de 2005 entre os dias 13 a 20 de abril, ocorreram mobilizações populares intensos, em que a população equatorial exerceu questionamentos e críticas as instituições políticas, neste momento foram criticadas principalmente a forma atual de representação política. Os diálogos se deram principalmente através das rádios, mas aconteceram entre grupos universitários, culturais e artísticos como também nos bairros. (Unda, 2005 : 129-134)

¹⁵ Rafael Correa está no terceiro mandato como presidente do Equador, primeiro mandato (2006-2009), segundo mandato (2009-2013) e em exercício atualmente no terceiro mandato.

¹⁶ Em espanhol *Allianza País*, criado em fevereiro de 2006.

foi a declaração da moratória da dívida. Em 2009, através de uma Assembleia Constituinte aprovou uma nova Constituição, que prevê a criação de uma Assembleia Nacional em substituição ao Congresso Equatoriano. Na área econômica teve como principal objetivo desfazer o programa neoliberal e a cooperação com o FMI, privilegiando assim as relações com a Cooperação Andina de Fomento (CAF) e também com o Banco Interamericano. (Menon, 2012, p. 46-48). Mesmo assim, não foi possível reverter a dolarização de sua economia.

A situação do Equador não é diferente dos outros países Andinos em relação as diminuições dos índices de pobreza e indigência; em 2000 o país tinha um percentual de indigência de 31,8% e de pobreza de 61,6%, demonstrando uma situação crítica no qual mais da metade da população era considerada pobre, 12 anos depois, observamos uma grande melhora nos dados apresentados, o índice de indigência diminuí para 12,9% e a pobreza para 32,2%¹⁷. A de se convir que a situação de pobreza e pobreza extrema ainda é muito alta nos três países vistos até aqui; há ainda muito o que se fazer em políticas relacionadas a distribuição de renda, desigualdade social e investimento em geração de empregos, melhoria de qualidade de vida e educação, pontos que são essências para obter melhorias efetivas e ascensões sociais.

2.1.1 As tipologias de refundadoras e radicais nas esquerdas andinas

Ao fim desta subseção ao perpassamos por algumas características comuns de ascensão destes governos, como crises políticas, movimentos e mobilizações sociais interferindo no processo que renovou a arena política trazendo figuras políticas novas, como Chávez de origem militar, oficial do exército da Venezuela; Evo Morales um sindicalista cocaleiro; e Correa um intelectual economista de esquerda que teve uma participação curta como ministro da economia do Equador entre 2005 e 2006. São personalidades que não haviam pertencido antes a qualquer episódio democrático dentro das instituições do Estado, vieram de fora desta realidade e conquistaram cada qual o palácio do governo de seu país.

Em relação aos partidos que integram estes governos na Venezuela MVR que em elegeru Chávez em 1997 e que passa a integrar o PSUV em 2007, o PAÍS partido de Rafael Correa, considerado por Fabricio da Silva ambos com caráter "personalista", os

¹⁷ Idem nota 11.

quais seriam modelos de “organização concebida para sustentar pretensões eleitorais e governamentais de seu líder” (Silva, 2010, p. 134). Em relação ao partido que elegeu Evo Morales, Silva se refere a ele como:

[...] o MAS reuniria majoritariamente elementos movimentistas do tipo de “esquerda libertária” – aspectos pós-materialistas de seu discurso, organização fluida e horizontal – com elementos provenientes do modelo “étnico-congressual” – aliança de grupos étnicos defendendo a unidade nacional. (Silva, 2010 p. 134).

Este autor a partir de seus estudos considera estes partidos com um baixo grau de institucionalização, sendo o MAS o que tem demonstrado mais esforço em se institucionalizar-se, mas que ainda estaria distante de outros partidos como FA e PT, que desenvolveram a sua institucionalização ao longo de suas trajetórias até chegarem ao governo. Outro ponto em relação a estes partidos que se comunicam na análise feita por Silva e Sader, é a crítica que estes partidos fazem em relação ao neoliberalismo, no qual propõe reformar ou superar o modelo, em que o mais radical seria o MVR/PSUV em seguida o MAS e o PAÍS, os quais propõem além da superação ao neoliberalismo, uma superação do capitalismo.

Em relação a análise de Sader (2009), estas esquerdas seriam a facção radical, tanto pela crítica mais dura que mantem em relação modelo neoliberal, quanto pela postura pós-neoliberal que demonstram através da construção da Alba¹⁸ (Aliança Bolivariana para as Américas), fundada por Venezuela e Cuba, na qual Bolívia e Equador passaram a fazer parte, como uma aliança econômica, social e política, que baseia-se na busca de um bem estar social mutuo, e no auxílio econômico entre os membros, estes processos integracionistas demonstram mais força, com a Venezuela também aderindo ao Mercosul, mostrando com estas medidas que visam fortalecer o eixo destes países, um novo caminho possível, para um futuro modelo econômico diferente do neoliberal.

Além de baixa institucionalização como uma das características da esquerda refundadora, tem-se a crítica acirrada ao neoliberalismo, como também a pretensão de mudar o status-quo do Estado, medida esta representada pelas novas constituições desenvolvidas nestes governos.

¹⁸ Países membros da Alba, Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, São Vicente e as Granadinas e Antiga e Barbuda.

Os pontos que as distinguem como refundadoras e radicais, está no caráter de busca da superação do status-quo, como também o momento que adentraram ao meio político de colapso das instituições partidárias, mostram-se como uma alternativa política distinta das que haviam até então, com novas propostas administrativas, na área da economia; e do desenvolvimento social; desenvolvendo novas constituições demonstrando o descontentamento com o formato do Estado atual, mas que ainda assim, apesar do discurso radical, e da auto percepção revolucionária “se baseia numa visão de política como luta”, ambos os países aqui tratados mantêm-se dentro dos padrões básicos da democracia representativa.

3 As esquerdas moderada e renovadora: Argentina, Brasil e Chile.

Nesta seção as análises sobre as esquerdas se darão individualmente a cada caso, por serem eventos não concordantes ou não mencionados dentro dos grupos analíticos que foram selecionados entre moderados renovadores.

A análise feita por Silva (2010) como já citada anteriormente é realizada em com base em partidos de esquerda, já o Partido Justicialista, tem em seu interior várias facções, contemplando direita e esquerda. Como exemplo o governo de Menem (1989-1999) o qual foi de cunho neoliberal, o que gerou ainda mais a divisão interna do partido entre menemistas e contra-menemistas. A análise de Sader coloca o governo dos Kirchner entre as esquerdas moderadas, esquerdas que buscam meios de flexibilização dentro do modelo neoliberal, e um modelo pós-neoliberal baseado em alianças regionais como o Mercosul. Iremos discorrer sobre os processos que geraram os processos de crise na Argentina no início dos anos 2000, a ascensão de Néstor Kirchner, suas principais realizações e a continuação de seu governo levado a diante por sua esposa Cristina.

Segundo Stuart (2008, p.16-17) Néstor e Cristina de Kirchner pertencentes a geração dos anos 1970, uma geração argentina que chega a sua juventude em um período ditatorial, deste modo, ainda não tendo participado da democracia. Em meio às repressões e intervenções autoritárias intensas em vários âmbitos da sociedade, se posicionaram contra a ditadura. Nestor ingressou na Universidade em 1969 e aderiu a *Federación Universitaria de la Revolución Nacional* (FURN), a identidade social e política deste grupo era de cunho peronista. A FURN fazia parte da “corrente nacional”, que contestava a correntes estudantis tradicionais, que estavam vinculadas ao Partido Comunista, como também a outros partidos de esquerda, que historicamente tinham desempenhado uma militância anti-peronista.

Com o golpe de 1976, houve uma perseguição intensa e violenta a todas as organizações que lutaram contra a ditadura e estavam ainda ativas. Nestor e Cristina já casados recolhem-se ao interior da Argentina. A experiência política na juventude segundo Stuart (2008, p. 18) explicaria em parte a agenda sobre violação de direitos humanos e medidas contra os responsáveis pela ditadura.

A partir do ano de 1994 houve publicamente, uma desarticulação dos Kirchner em relação a Menem, criaram dentro do partido Justicialista um movimento de oposição as medidas menemistas. Demonstrando o caráter fragmentário do partido.

A eleição do governo de Nestor Kirchner na Argentina esta ligada profundamente a crise que esta sociedade deparou-se em 2001, marcada por uma recessão econômica, de longa duração – de 1998 até 2002 - “combinada com a deterioração de todas as formas de sociabilidade e uma fenomenal crise política que culminou nas sangrentas jornadas de 19 a 20 de dezembro de 2001” (Boron, 2007 p.14). Esse momento crítico teve suas origens na década de 1990, quando o neoliberalismo tinha gerado no país altas taxas de crescimento econômico, e acentuado aumento da pobreza e do desemprego.

Boron (2007, p. 14) denomina o período como “*“crise orgânica”- no sentido gramsciano de uma ruptura entre representantes e representados-*”, no início de 2002 os dirigentes políticos não podiam aparecer em público sem serem atacados ou insultados pela população. Foram engolidos nessa crise quatro presidentes em uma semana, houve durante este processo uma deslegitimação da classe política tradicional. O que se via nessa situação era um total repúdio da população para com seus governantes. O grande fato que impulsionou o auge da crise no início dos anos 2000 foi o Plano Convertibilidade criado pelo ministro da Economia Domingo Cavallo em 1991. A lei estabelecia uma relação de cambio fixa entre a moeda argentina e o dólar estadunidense.

Em 1992 quando o Peso passou a ser moeda oficial da Argentina e que passou a ter o mesmo valor de um dólar. Tal lei teve a princípio um controle efetivo sobre a hiperinflação que assolava o país. “*É neste contexto econômico que aparece o Plano “Cavallo” assente em quatro pontos fundamentais: reforma do Estado, reforma laboral, reconversão industrial e reforma financeira*”(Valle-Flor, 2005, p.2). No final dos anos 1990 as exportações argentinas tiveram baixa, houve uma apreciação do dólar e uma desvalorização do real, moeda brasileira em 1999 o que trouxe para a Argentina problemas de competitividade e em consequência o desenvolver da crise. Em 2000 a dívida externa do país atingiu 51,7% do PIB. (Valle-Flor, 2005, p.3)

Os objetivos de baixa da inflação e do crescimento do país foram atendidos de início, no entanto no segundo governo de Menem o plano começa apresentar graves problemas, juntamente com as falhas do projeto neoliberal em toda a América Latina. (Archiópoli, 2012)

O que aconteceu, e o que se encontra na origem de toda essa discussão, foi o fracasso do neoliberalismo: se antes suas bandeiras elegiam candidatos a presidente – como Menem, Cardoso, Fujimori e Salinas de Gortari – hoje só se pode ganhar uma eleição a partir de uma crítica das políticas inspiradas no Consenso de Washington. As causas desse descrédito são bem profundas: o neoliberalismo não

cumpriu com as suas promessas, e depois de mais de vinte anos de catastróficas aplicações os problemas da nossa América não apenas persistiram, como foram agravados. (BORON, 2007, p. 12)

Kirchner nessa situação foi considerado um político alheio aos que participaram de governos corruptos, renegados por toda a população. Não diferente do momento social e econômico, o cenário político na Argentina também se mostrava caótico. Neste momento, vários líderes do Partido Justicialista desejavam candidatar-se. Por decisão interna do partido foi suspensa a eleição interna entre todos os pré-candidatos, sendo liberado para o uso dos símbolos partidários para que vários candidatos pudessem concorrer a eleição geral. Nesta situação todos iriam enfrentar-se como se fossem de partidos opostos. Sobre este episódio pode-se perceber a baixa institucionalidade do partido Justicialista (Ollier, 2010).

Kirchner não apresentava-se de início como um candidato forte e muito conhecido, no entanto começou a aumentar a sua popularidade principalmente a partir do seu programa, que pretendia diferenciar-se dos governos de Menem e De la Rúa. Nas eleições que ocorreram em abril de 2003 Kirchner recebeu 22,0% dos votos, e Menem 24,3%¹⁹. A legislação eleitoral na Argentina não permite que nenhum candidato com menos de 45% seja eleito sem disputar um segundo turno.

O segundo turno entre Kirchner e Menem deveria ocorrer, no entanto, Menem anunciou sua renúncia a candidatura, o que culminou na eleição automática de Kirchner. Naquele momento, analistas viram esse ato como estratégia de Menem, para evitar uma derrota massiva, e marcar a eleição de Kirchner como o presidente eleito com a menor percentagem de votos.

O governo de Nestor Kirchner, diferentemente do governo de Menem, teve como prioridade a criação de empregos e a recuperação salarial dos trabalhadores argentinos, como também grande esforço para conter a inflação. Ele ainda defendeu a proteção da indústria nacional, e passou a estatizar vários serviços públicos (Fiori, 2006). Uma das prioridades de Kirchner, foi à renegociação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros credores internacionais, saindo da condição de moratória, conseguiu adquirir novos acordos com o FMI. As negociações que iniciaram no governo de transição, continuaram até fevereiro de 2005, com os resultados positivos a Argentina foi inserida novamente no cenário econômico internacional. (Vadell, 2006, p.195-203).

¹⁹ Dados fornecidos pelo Ministério do Interior.

Kirchner transformou em política de governo os pedidos das organizações dos direitos humanos, que pediram para que o governo respondesse à “memória, verdade e justiça”, em relação aos crimes ocorridos durante o período ditatorial. Logo ao tomar posse, Nestor Kirchner afastou cerca de cinquenta militares. Em agosto de 2003, aderiu a Convenção sobre a “imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade” (Calado, 2001, p. 72).

Um sinal de aprovação deste pela população é a eleição em 28 de outubro de 2007 de Cristina de Kirchner esposa do até então presidente Nestor Kirchner, que foi eleita com 45,29% dos votos, candidata pelo mesmo partido. Uma das principais propostas de campanha de Cristina era a votação da Lei das Mídias que havia sido proposta no governo anterior. A presidente, em 10 de outubro de 2009, anunciou então a famosa e debatida Lei 26.522, que regulamentaria os meios audiovisuais, e que é tida, por muitos, como um meio de democratização dos meios midiáticos, com a intenção de limitar a formação de oligopólios, possibilitando a formação do meio mais competitivo. (Lins, 2009, p. 3-9).

O programa social “Jefas y Jefes de Hogar” criado em 2001, ganhou uma nova versão no governo de Cristina Kirchner, o qual migrou para três novos planos: Plano familiar, plano mãos a obra, e o Plano Alimentar; esta medida foi tomada com a intenção de focalizar o programa nas populações mais pobres. Ao longo dos governos dos Kirchner houve uma diminuição de beneficiados pelos programas sociais, isso pode relacionar-se com a melhora na economia do país e não apenas com a focalização dos programas. (Natanson, 2012, p.191).

A partir de um panorama geral das gestões desenvolvidas por Néstor e Cristina de Kirchner na presidência da Argentina, observamos que este país teve um ganho na área social, com a diminuição da pobreza e da indigência que alcançaram altos níveis durante a crise de 2001. Em 1999, antes do colapso da crise econômica os índices argentinos apresentava um percentual de 23,7% de população considerada pobre e 6,7% em nível de pobreza extrema. Em 2002 segundo a Cepal nos momentos de maior instabilidade o nível de pobreza passou dos 50% e a indigência ficou acima de 20%. A partir do governo de transição e a chegada de Kirchner a presidência os índices

começaram a apresentar melhora, chegando ao ano de 2010 um pouco mais que 8% de índice de pobreza e em média de 2% de índice de pobreza extrema²⁰.

Os pontos observados em relação ao contexto de ascensão da era Kirchner e algumas questões relacionadas ao período administrativo destes governos. Demonstram que a tipologia de esquerda “refundadoras” não poderiam ser aplicadas ao governo dos Kirchner na Argentina, em um primeiro momento porque estes governos como também os partidos não se enquadrariam, pois as administrações de Néstor e Cristina, não se mostram próximas a esta tipologia não desenvolvem ações que demonstre a intenção de mudança substancial do Estado, ou outra característica apontada por Silva, como o a busca da ruptura radical com o modelo. Deste modo aproximar-se-ia da tipologia de renovadora, no sentido em que estes dois governos buscaram a igualdade social e a ampliação do poder do Estado, mas mantém-se dentro do ideário da democracia liberal.

No entanto outro critério que Silva (2010) coloca em sua proposta analítica, é que as esquerdas renovadoras possuiriam em seus partidos políticos um grau mais elevado de institucionalização, o que não é observado no partido Justicialista. No entanto a Argentina sob administração dos Kirchner é entendida por Sader (2009) como uma das esquerdas moderadas, por seguir administrando, sem desenvolver uma ruptura drástica com o modelo neoliberal, propõe um governo mais progressista, sem ameaças ao capital, desenvolvendo segundo ele uma administração de cunho pós-neoliberal através dos projetos de integração regional como o Mercosul, Unasul e Banco do Sul.

Outro caso a ser analisado é o Chileno, no entanto ao falar dos governos progressistas atuais, é importante entender os processos políticos anteriores recentes ocorridos neste país. O Chile foi um dos únicos países a ter um partido de esquerda que chegou ao poder antes do fenômeno “onda rosa” (Silva, 2011). O PSCh foi o partido do presidente Salvador Allende entre 1970 e 1973, em agosto deste ano o governo de Allende é derrubado pelo exército sob liderança do general Augusto Pinochet.

Assim como outros países latino-americanos, o Chile passou por um período de ditadura militar entre os anos 1970 e 1980, no entanto se diferencia dos outros regimes autoritários deste período, pois a ditadura chilena ganhou contornos personalistas em torno do chefe da junta militar, Augusto Pinochet que reformulou o modelo econômico, através da adoção pioneira, de políticas neoliberais. Que se caracterizam por

²⁰ No Relatório anual da Cepal do ano 2011 os dados para a Argentina não aparecem de forma a referir-se a uma totalidade do território, mas subdividido em áreas, deste modo foram somados as percentagens apresentadas e divididas pelo número exato das áreas que apresentaram algum resultado.

liberalização econômica, altas taxas de desemprego, repressão dos sindicatos, maior concentração de renda, e a privatização de bens públicos.

O início da transição democrática no Chile, inicia-se ainda no fim da década de 1980, quando em 1988 é feito um referendo, no qual o “sim”, significaria a permanência de Pinochet e o “não” a sua saída. Neste contexto, forma-se a Concertación, que surge como uma junção de partidos que se uniram pelo “não” ao referendo à permanência de Pinochet até 1997. Após a vitória ocorre a formação da Concertação de Partidos para a democracia²¹ formada por partidos de centro-esquerda. O PSCh (re)organiza-se como um integrante desta ampla coalizão governista, conseguindo com a figura de Lagos e Bachelet chegar a presidência da república recentemente (Silva 2011,p.36). Pelas propostas apresentadas na campanha de Lagos Silva (2011) acrescenta:

Trata-se de um exercício interessante observar até que ponto o partido se diferencia de seus aliados, através da defesa de compensações e investimentos sociais e de ênfase no “crescimento com igualdade”, mostrando-se como o responsável pela “face social” da democracia chilena. (Silva, 2011, p. 36)

A campanha de Ricardo Lagos no Chile no final do ano de 1999 foi voltada para o tema da equidade social, “crescer com igualdade”, candidato pelo partido PSCh, e da coalizão Concertación, tal coalizão reuniu socialistas, democratas-cristão e setores socialdemocratas. No primeiro turno Lagos teve 47,98% dos votos contra 47,44% do candidato da direita Joaquín Lavín, que lançou sua candidatura pelo partido “Aliança Pelo Chile”, a votação mostrou-se acirrada, e foi decidida no segundo turno. Ricardo Lagos foi eleito com 51,31% dos votos contra 48,96% de Lavín que teve ligação com Pinochet e com o seu governo.

Para Manuel Garretón a eleição de Lagos demonstra a divisão ideológica da sociedade chilena “[...] lo fundamental, creo, es que se mantuvo la división del plebiscito de 1988 entre el Si y el No. Ése es hasta hoy el gran clivaje que divide a la sociedad chilena. La derecha no pudo romper ese esquema” (2012, p.56.). Deste modo acredita-se que a vitória de Lagos foi uma vitória contra o modelo autoritário, contra as

²¹ Os partidos que fizeram parte da fundação da concertação foram 17: Partido Demócrata Cristiano, Partido Socialista-Almeyda, Partido Socialista Histórico, Partido Socialista-Mandujano, Partido Socialista-Briones, Unión Socialista Popular, Partido Radical de Chile, Partido Radical Socialdemócrata, Partido Socialdemócrata, Partido Democrático Nacional, Partido MAPU, Partido MAPU-OC, Partido Izquierda Cristiana, Partido Humanista, Unión Liberal Republicana, Partido Por la Democracia (PPD), Partido los Verdes.

políticas neoliberais, e a favor de uma mudança administrativa, com propostas e atitudes que busquem maior equidade social.

A administração de Lagos demonstrou ter grande preocupação na manutenção dos níveis de crescimento apresentados pelos governos anteriores, entre os anos de 2000 e 2005 o nível médio de crescimento foi de 4,4%. Buscou abertura econômica e inserção no mercado mundial, assinando contratos com Estados Unidos, União Europeia e China. Seu governo fez investimentos positivos em infraestrutura, das quais pode-se destacar expansão do metrô e a rede de *carreteras* ao longo de todo o território chileno. Nas áreas de políticas sociais o que se destaca é a reforma na área da saúde, tendo uma importante política de direitos, como também o programa “Chile Solidário”, o qual prevê medidas que ajude a famílias em situação de indigência; na área da educação a escolaridade obrigatória passou para doze anos. (Garretón, 2012, p. 30-31,).

Lagos termina seu mandato com grande aprovação, por volta dos 60% no final de 2005. Isso trouxe grande otimismo para as eleições seguintes em janeiro de 2006. Michelle Bachelet (2006-2010) da mesma coligação e partido vence as eleições (Navia, 2006, p.6); e assume o governo do Chile em Março de 2006. Na juventude foi uma militante socialista, filha de um general vitimado pela ditadura, destacou-se na política como ministra da saúde, e da defesa no governo de Ricardo Lagos, e foi eleita como a primeira mulher presidente da América Latina.

Os principais avanços alcançados no governo de Michelle Bachelet, foram na área de proteção social e na agenda de gêneros, deu continuidade a políticas macroeconômicas do governo de Lagos, com algumas modificações. Depois de poucos meses de iniciado seu governo, ocorreram mobilizações de estudantes secundários com reivindicações por condições básicas para o acesso a educação, e auxílios para o transporte e alimentação, a partir destas mobilizações o governo criou um Conselho Assessor formado por representantes do sistema educativo com o objetivo de instituir uma reforma. Algumas propostas foram entregues em dezembro de 2006 a qual deu origem ao projeto de Lei Geral de Educação. Através da qual houve uma melhora na questão educacional. (Garretón, 2012, p.44-45).

Outro feito do governo Bachelet ocorreu depois de outros protestos populares neste momento em relação ao *Transantiago*, um projeto que teve origem no governo de Lagos, no qual buscava-se uma transformação no sistema de transportes da capital chilena, e foi executado apenas no governo de Bachelet, apresentou alguns problemas de implementação, e também um certo nível de rejeição pública pelo fato de a

população não ter sido consultada. Após este episódio o governo corrigiu algumas das falhas do programa e trocou as autoridades públicas relacionadas ao transporte. Neste sentido o governo de Bachelet mostrou-se sensível as demandas e mobilizações sociais, buscando resolver as insatisfações apresentadas pela população.

Bachelet promoveu o desenvolvimento do sistema de proteção de direitos sociais, que consistiu na consolidação e fortalecimento de políticas de proteção social já existentes as quais foram expandidas. Os beneficiários dos programas sociais empreendidos no governo de Bachelet são pertencentes a vários grupos de renda, desde a classe de extrema pobreza a classe média. (Garretón 2012, p. 145-147).

A administração tanto de Lagos como de Bachelet não demonstram uma ruptura com as administrações anteriores. Em relação aos níveis de pobreza o Chile demonstrou um bom ritmo em sua diminuição. O Chile é um dos países que depois do fim das ditaduras apresentou os melhores índices em relação à questão econômica da população. Em 2000 possuía 20,2% como incidência de pessoas na faixa de pobreza e 5,6% em pobreza extrema, em 2009 o Chile tinha 11,5% na faixa da pobreza e 3,5% da população em nível de pobreza extrema.

Na análise de Silva (2010) o governo de Lagos e Bachelet pelo partido PSCh é considerado uma esquerda renovadora, entendendo-a como uma força política moderada em seus discurso, e que busca empreender políticas que aumentem a igualdade social. Como também um partido de alto grau de institucionalização, e integrado ao ideal de democracia representativa.

No entanto na Análise desenvolvida por Sader (2009) entende que os governos desenvolvidos pelo PSCh, não conseguiram superar a o modelo neoliberal, e continuam representantes deste modelo, a não ruptura pode ter sido pelo fato do neoliberalismo encontrar-se de uma maneira bem estrutura neste país. O Chile ainda que associado ao Mercosul, tem como prioridade os acordos econômicos bilaterais em detrimento do regional, os acordos dentro do Mercosul e da comunidade Andina, visa apenas uma zona de livre comercio e não a adoção de um mercado comum. (ICTSD, 2007) Demonstrando uma postura que não vai de encontro com o que Sader defende de pós-neoliberalismo.

No Brasil, Luís Inácio Lula da Silva apareceu como figura pública ainda na década de 1970, como líder operário no ABC paulista. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores que surgiu em fevereiro de 1980 em São Paulo. Segundo Amaral (2010) o nascimento do PT esteve ligado ao aparecimento do Novo

Sindicalismo no final da década de 70 que aconteceu principalmente na região do ABC em São Paulo, em decorrência principalmente das transformações socioeconômicas pelas quais o país passou entre as décadas 1960 e 1970, que resultou na formação de uma grande classe operária representativa nos campos econômicos e políticos.

O Novo Sindicalismo urbano promoveu discussões para a formação de um partido que fosse dos trabalhadores. Esta ambição pode ser realizada por meio da reforma partidária de 1979. O PT teve como base fundamental Sindicalismo e outros atores políticos como líderes comunitários ligados a Teologia da Libertação, parlamentares de esquerda do Movimento Democrático Brasileiro MDB, intelectuais, membros de organizações de esquerda, e militantes de movimentos sociais urbanos.

Após a fundação do Partido dos Trabalhadores, Lula candidatou-se as eleições para presidência por três vezes (1989, 1994, 1998), mas foi eleito apenas na quarta tentativa em 2002. A vitória eleitoral ocorreu neste período influenciado por múltiplos fatores ligados à diminuição da aprovação do segundo governo FHC, como também pela moderação na postura do PT ao longo dos anos, desde a sua fundação²² até a sua chegada à presidência, tirando o peso negativo que a extrema esquerda carrega ainda nos dias de hoje.

Nas eleições de 2002 o principal oponente de Lula, foi José Serra candidato pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O PSDB surge em 1988, apesar de declarar-se um partido social democrata, nunca esteve vinculado a nenhum movimento trabalhista ou sindicato, colocando-se como um partido de centro-esquerda, no entanto a partir de 1994 o partido precisou aumentar suas possibilidades de penetração no território nacional, para conseguir a então eleição de Fernando Henrique, fazendo uma coalizão com PFL (Partido da Frente Liberal). E vem assumir um programa de centro-direita após a vitória desta eleição presidencial. (Vieira, 2012)

Serra como candidato da situação (Carreirão, 2004) estava bem avaliado por grande parcela de eleitores. Os principais problemas da campanha estavam em suas propostas, que fundamentavam-se em emprego e segurança. O que implicava, era o porque do não cumprimento destas propostas no período em que José Serra se encontrava como Ministro do Planejamento e Saúde no governo de FHC (Carreirão, 2004, p.181)

²² Fundado em 10 de fevereiro de 1980 em meio a mobilizações sociais, tendo como Líder principal Luiz Inacio Lula Silva, reconhecido oficialmente como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 11 de Fevereiro de 1982.

Lula apresentou propostas que prometiam um pacto social com todos os setores da sociedade, e possuía principalmente um discurso político que propunha conciliação e entendimento entre todos os âmbitos sociais. As propostas de Lula foram principalmente voltadas para a geração de empregos, e de mudança na área de assistência social. A expectativa do eleitor que voltou no candidato Lula em 2002 foi a de mudança, principalmente nas áreas que tange ao desemprego e a área social (Carreirão, 2004, p.191). Lula foi eleito no segundo turno com 61,3%²³.

Uma das primeiras e mais conhecidas estratégias sociais do governo Lula, foi o programa “Fome Zero”, no entanto ainda em 2003 este programa perdeu força e foi substituído pelo Programa Bolsa Família, que passou a ser a principal política social do governo. Este programa foi criado para combater a miséria e a exclusão social. Este programa mostra-se diferente dos anteriores da época do FHC no que tange a não exigência de filhos, e sua aplicação de modo amplo.

O programa de distribuição de renda é um dos maiores responsáveis pela queda da porcentagem de pessoas que viviam na faixa de pobreza e indigência no Brasil entre os anos de 2003 e 2010. “Ao longo do período 2003-2010, o Programa Bolsa Família ampliou-se significativamente. O número de atendidos passou de 3,6 milhões para 12,8 milhões de famílias”. (Fagnani, 2011, p. 65).

A partir de 2003, o governo Lula obtém conquistas na área dos direitos humanos, diferentes das ocorridas na Argentina, as conquistas deram atenção as pessoas portadoras de deficiência, ao direito dos idosos, a busca na ampliação de direitos em relação a igualdade racial e de gênero e contra o preconceito de orientação sexual. (FAGNANI, 2011, p. 56)

Na área da saúde foram criados o Programa de Saúde da Família, que pretendia aumentar a atenção a saúde básica e da família, como também o Programa Farmácia Popular que vende alguns medicamentos com preços 90% mais baixo. Na área da educação foi criado em 2004 o Programa Universidade para Todos (Prouni) que passou a oferecer bolsas de estudos integrais e parciais em universidades privadas a estudantes com renda baixa, houve também políticas de reserva de vagas para negros e indígenas no ensino superior.

O Brasil em 2001 ainda no governo FHC apresentava um índice de pobreza de 37,5% e de indigência de 13,2%, e após praticamente dois governos presidenciais do PT

²³ Dados fornecidos pelo TSE pelo site <http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2002>.

estes índices apresentam uma melhora nos resultados, com a diminuição da pobreza e indigência no ano de 2009, apresentando um índice de 24,9% para pobreza e de 7% para a pobreza extrema. Acredita-se que a melhora nos indicadores apresentados tenha-se dado principalmente pelas políticas sociais empregadas ou aprofundadas, conseguindo amenizar o problema da pobreza e da pobreza extrema.

Em relação as tipologias desenvolvidas por Silva (2010), que define o governo do PT como esquerda renovadora, os pontos que são apontados para esta conclusão, seria o processo de moderação que este partido sofreu ao longo dos últimos anos – da sua formação até 2002 principalmente -; a alta institucionalização e profissionalização partidária que também se deu ao longo de sua existência até a chegada ao governo, não chegou a aderir o ideário neoliberal, mas houve uma adequação ao modelo “liberal clássico e da concepção liberal de política e representação” (Silva, 2011, p. 249).

Na análise de Sader (2009) o caso da esquerda brasileira representada pela administração do PT é tida como moderada, apesar deste governo ter mantido o modelo econômico vigente, foi capaz de conter o processo de enfraquecimento do Estado, melhorando o sistema de educação, saúde pública, como também o nível da vida da população, principalmente da camada mais pobre. Pois desenvolveu “políticas sistemáticas de distribuição de renda” (Sader, 2009, p. 84). O que torna também diferente do governo neoliberal de FHC, é não aceitação da Alca; e o privilégio que da a integração regional, fazendo alianças com os governos da Venezuela, Equador, Bolívia e Cuba entre outros. (Sader, 2009, p.88)

4 Considerações finais

Após os estudos realizados até aqui, em relação aos processos por qual passaram as esquerdas latino-americanas no século XX, a ascensão das Novas Esquerdas latino-americanas e das tipologias desenvolvidas em torno deste fenômeno, apontamos algumas considerações sobre os assuntos que aqui foram tratados.

Na primeira parte do trabalho, desenvolveu-se uma revisão do panorama histórico das esquerdas latino-americanas, desde o processo do nacional desenvolvimentismo, tendo logo em seguida o início das ditaduras militares. Por parte da esquerda como meio de sobrevivência houve a estratégia das guerrilhas rurais e urbanas; no início da década 1990 a perda do ideal de socialismo real com o fim da URSS, e conseqüentemente o início da era do “pensamento único”, representada na América Latina por governos de direita que aderiram ao modelo neoliberal e ao consenso de Washington.

Neste momento a força da esquerda estava representada por movimentos sociais, que buscavam impedir a aplicação do receituário neoliberal. Após uma década de governos democráticos e neoliberais, a população mostrava-se insatisfeita com os resultados obtidos por estes governos até então. É neste momento que a esquerda renovada ganha força e torna-se presente em vários governos da América latina.

A Nova Esquerda, atualmente diferente da esquerda clássica, adota como método para chegar aos governos a democracia, em comparação ao discurso de outrora, que tinha como objetivo a busca do socialismo, mostra-se com um discurso mais moderado. Dentro desta esquerda que se modernizou, não só através do modelo democrático adotado, mas pela sua abertura às outras demandas, além da igualdade econômica; como a busca por direitos étnicos, culturais, de gênero e direitos humanos. Atualmente não busca a promoção da igualdade social apenas no âmbito da distribuição de renda, mas da distribuição de oportunidades, que tem ocorrido principalmente na área da educação. É claro que nem todas as esquerdas aqui conseguiram crescer e se desenvolver em todas estas temáticas do mesmo modo, mas vem demonstrando nos últimos anos uma ampliação de preocupações e pautas.

Além destas novas características, dentro da Nova Esquerda, é tido como grande concordância dos especialistas em ciência política, a existem duas esquerdas, das quais apresentam semelhanças - em serem esquerdas, democráticas e latino-americanas e

governantes - e também diferenças – que podem ser apontadas na área discursiva, no grau de oposição ao neoliberalismo, no caráter personalista do partido, e no grau de institucionalização das organizações políticas a qual pertencem. Fizemos uma revisão de alguns autores que tratam sobre o assunto, e observamos que as análises se diferem em algum grau, uma das outras. Deste modo selecionamos para a nossa análise, dois módulos de tipologias das esquerdas: “refundadora” e “renovadora” e o segundo grupo entre “moderada” e “radical”.

Na segunda parte deste trabalho foram abordados seis países, com governos considerados de esquerda ou progressistas e os dividimos em dois grupos: o primeiro grupo denominado com esquerda radical e refundadora, o qual possui uma postura de refundação, com propostas de novas constituições, e também de reforma nos setores que regem os hidrocarbonetos, trazendo para dentro do Estado um controle maior sobre questões estratégicas e de maior arrecadação. Este grupo a partir dos autores selecionados, apresentou-se mais homogêneo em relação às análises, no entanto não queremos trazer a impressão de que se ignora as peculiaridades de cada caso.

O segundo grupo denominado de esquerda moderada ou/e renovadora, observa-se que passaram por um processo moderação dos princípios da esquerda, além de terem formados alianças com outros partidos que não correspondem a ideologias de esquerda. Formam governos de cunho progressistas, considerados de centro-esquerda. Tendo como base partidos políticos com maior institucionalização, e com um histórico mais longo até a chegada ao palácio presidencial. Tais governos já em exercício, passaram a administrar a partir do modelo neoliberal, não de um modo ortodoxo – salvo o Chile – mas em uma tentativa de superação, uma mudança gradual de agenda e não com uma ruptura drástica, mas com uma maior flexibilidade.

Deste modo entende-se que o modelo dicotômico de análise entre duas esquerdas, parece não ser suficiente para abarcar as peculiaridades que a Nova Esquerda apresenta. Isso pode estar relacionado às diferenças entre os contextos de ascensão destas esquerdas, o nível de aplicação das medidas neoliberais em governos anteriores, as próprias políticas dos governos das esquerdas atuais que seriam reflexos dos momentos anteriores, pois os momentos históricos vividos; por cada país e cada partido reflete-se no presente. Outro fato que evidencia uma falha no modelo dicotômico – para o qual existem várias tipologias - é que apesar de terem confluência em vários pontos, são discordantes em outros, o que demonstra que podem existir mais do que apenas dois “tipos” de esquerda na América Latina.

5 Referências

AMARAL, Oswaldo. **As transformações na organização do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s. n.], 2010.

ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ARCHIÓPOLI, Mateo. **Argentina, Neoliberalismo y las consecuencias de la Convertibilidad en la década de 1990**. Revista ECONOMIA Nº17. Disponível em: http://www.revcienciapolitica.com.ar/num17art4.php#_ftnref3

BART, J. **Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente**. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BORÓN, A. **O pós-neoliberalismo é uma etapa em construção**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo - as Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp 185-196, 2007.

_____. **Néstor Kirchner e as desventuras da "centroesquerda" na Argentina**. Revista lutas sociais. Volume: 17/18. Primeiro semestre, 2007.

CALADO, Rui Manuel Costa. **Políticas de Memória na Argentina (1983-2010) Transição Política, Justiça e Democracia**. 2011. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea e Estudos Internacionais Comparativos apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, orientação do Professor Doutor Rui Cunha Martins . 2011

CARREIRÃO. Y. **A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais**. REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA Nº 22: 179-194 JUN. 2004.

CASTAÑEDA, Jorge. **Bem me quer, mal me quer.** Mais!. Folha de S. Paulo, 28.5. 2006.

CASTAÑEDAS, Jorge e MORALES, Marco. **Lo que queda de la Izquierda: Relatos de las Izquierdas latinoamericanas.** México, Taurus, 2010.

CHAVES, D. S. **Autonomias: Bolívia no tempo presente.** Multifoco, Rio de Janeiro, 2010.

COMBOLLIN, José. **O neoliberalismo: ideologia dominante na virada do século.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FAGNANI, Eduardo. **A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica.** SER Social, Brasília, v. 13, n. 28, p. 41-80. Jan-jun. 2011.

FIORI, José Luiz. **As vitórias da esquerda na América do sul.** Gragois. Edição: 89, ABR/MAI, 2007.

GARRETÓN, Manuel. **Reflexiones en torno de la(s) izquierda(s) chilena(s) y el proyecto de país.** Nueva Sociedad, n. 197, maio-junho, 2005.

_____. **Modelos y liderazgos en América Latina.** Nueva Sociedad, n. 205, 2006.

GERVASONI, C. **Las complejas Elecciones presidenciales argentinas.** 28 de junio de 2003 **Análisis Latino** es un portal informativo del Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (CADAL),

HOLZHACKER, E. B. **Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006.** Universidade de São Paulo OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 13, nº 2, Novembro, 2007, p.283-306

IBARRA, H. **Lavitoria de Rafael Correa y la ola progressista en América del Sur.** Revista Equador em debate. Dezembro de 2006.

IZQUIERDO, J. M e NAVIA, Patricio. **Cambio y continuidad en la elección de Bachelet**. América Latina hoy, n. 46, Universidade de Salamanca, Espanha, pp. 75-96, 2007.

ICTSD. Acordos bilaterais de livre comércio do Chile: um exemplo a ser seguido? In Pontes entre o comércio e o desenvolvimento sustentável. ICTSD/DireitoFG, v. 3, n. 3, jun. 2007, p. 17. [online] Disponível na Internet via <http://www.ictsd.org/sites/default/files/review/pontes/pontes3-3.pdf>

LACLAU, Ernesto, **Política e ideología en la teoría marxista: capitalismo, fascismo, populismo**. Siglo XXI, México, 1978.

LANDER, Edgardo. **Venezuela: la búsqueda de un proyecto contrahegemónico**. *En libro: Hegemonias y emancipaciones en el siglo XXI*. Ana Esther Ceceña (comp.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2004. p. 224. ISBN: 950-9231-994-1. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/lander.rtf>

LANZARO, Jorge. **La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social-democracia**. Working Papers Online Series, Universidade Autônoma de Madri.2008.

LEONTIEV A. **A Teoria Leninista do Imperialismo Desenvolvida pelo Camarada Stálin**. Primeira Edição: Fontes, Revista Mensal de Cultura Política nº 27 - Junho de 1950. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/27/teoria.htm

LINS, Bernardo Felipe E. **ARGENTINA: nova lei dos meios audiovisuais**. Consultor Legislativo da Área XIV, Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Brasília, 2009.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução Venezuelana**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARTÍNEZ, José Honorio. **Causas e Interpretaciones del Caracazo**. HAOL, Núm. 16, 2008, Historia Actual.

MARQUES, Rosa M. e Mendes, Áquilas. **Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. 1 p. 15-23 jan./jun. 2007

MENON, Gustavo. **A Revolução Cidadã: o governo Rafael Correa e os movimentos sociais no Equador**. Rebelar, Revista brasileira de estudos latino-americanos. V. 2. N.1, junho, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Anuario estadístico de América Latina y el Caribe**. Santiago do Chile, CEPAL, 2011.

NATASON, José . **La Nueva izquierda: Triunfos y derrotas de los gobiernos de Argentina, Brasil, Bolivia, Venezuela, Chile, Uruguay e Ecuador**. Buenos Aires, Debate, 2008

NAVIA, Patricio. **La izquierda de Lagos vs. la izquierda de Chávez**. ForeignAffairs, 2006.

NICTÉ. Fabiola Escárzaga. **La emergencia indígena contra el neoliberalismo**. Universidad Autónoma Metropolitana, México. Política y cultura. Janeiro- 2004. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188

OLIVEIRA. R, P. **Pós-neoliberalismo e a configuração de novas alianças políticas na América Latina: Bolívia, Venezuela e Equador**. Revista comunicação & política. 2012. V. 30, nº2, p. 27-47.

OLLIER, María Matilde. **El liderazgo político en democracias de baja institucionalización (el caso del peronismo en la Argentina)**. Revista de sociología, Nº24, pp.127-150, 2010. Disponível em: <http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/24/2405-Ollier.pdf>

PANIZZA, F. **La marea rosa**. In: Análise de Conjuntura OPISA, nº8. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro agosto de 2006.

PRADO, Carlos Batista. **Lênin versus Kautsky: A Questão da democracia**. Revista Espaço Acadêmico – n. 79 – 2007 In <http://www.espacoacademico.com.br/079/79prado.htm>

PETKOFF, T. **As duas esquerdas**. In: NUEVA SOCIEDAD, ISSN: 0251-3552, outubro, 2007. Disponível em: www.nuso.org

RODRIGO, Adrián. **Del modelo del ISI a la neoliberalización: 1979-2006. La implementación de la agenda neoliberal en el Estado a través del Consenso de Washington y el debilitamiento institucional (IV)**. In Análisis Del modelo del ISI a la neoliberalización en Ecuador, 2010.

SADER, Emir. **Refundar el Estado: Posneoliberalismo en América Latina**. Instituto de Estudios y Formación de la CTA. Clacso: Buenos Aires, 2008.

_____. **A nova Toupeira**. Os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SERBIN, Andrés. **Hugo Chávez: Liderança e Polarização**. In AYERBE, Luís Fernando (ed.): Novas Lideranças Políticas e Alternativas de Governo na América do Sul, Editora Unesp, San Pablo, 2008, pp. 117-151.

SILVA, Fabricio Pereira. **Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?** Oikos, Rio de Janeiro, Vol. 9, Nº 2, 2010.

_____. **Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Ponteio, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Da onda rosa à década progressista latino-americana: balanço e perspectivas**. No prelo, 2014.

SILVA, Fernando Luiz da. **As novas configurações políticas na América Latina e os ajustes neoliberais.** In Goulart, Jefferson O. Org. *Mídia e Democracia.* São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Laura Tavares R. **O desastre Social.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUZA, J. G. **Crise do neoliberalismo e seus reflexos no aparelho estatal: apontamentos para a reflexão do caso boliviano.** 2009 .Anais VI colóquio internacional Marx e Engels. Unicamp.

SOUZA, R. B. **Análise de indicadores Econômicos e sociais da Venezuela, 1999/2008.** Revista de desenvolvimento econômico. v.11, n. 20, Universidade de Salvador, 2009.

STEFANONI, Pablo. **Governo Evo Morales: permanências, mudanças e desafios.** Lutas Sociais, São Paulo, n.24, p.115-131, 2010.

STUART, Ana Maria. **Novas Lideranças na América do Sul: O caso Kirchner.** In *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul.* Luis Fernando Ayerbe. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

TAPIA, Luis. **Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional.** En OSAL. Buenos Aires: CLACSO Año VIII, Nº 22,septiembre, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro. **A Modernidade Democrática da esquerda: adeus à revolução.** Revista Crítica Marxista, nº1, Unicamp : Campinas, 1994.

THERBORN, G. **Pós-neoliberalismo.** In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs). *Pós-neoliberalismo - as Políticas Sociais e o Estado Democrático.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, pp 185-196.

UCHOA, P. **Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez.** São Paulo, Globo, 2003.

UGÁ, Vivian Domínguez. **A Categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial.** Revista Sociologia Política, Curitiba, 23, p. 55-62, nov. 2004

UNDA, Mario. **Región Andina. Quito en abrii : los forajidos derrotan al corone.** OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/CRA16Unda.pdf>.

VADELL, Javier A. **A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner.** Rev. Bras. Polít. Int. 49 (1): 194-214, 2006.

VALLE-FLOR, Maria Amélia. **Cooperação e conflito nas reformas econômicas: o Governo perante o FMI.** Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/“Económicas”) da Universidade Técnica de Lisboa, 2005.

VIEIRA, Soraia Marcelino. **O partido da Social Democracia Brasileira: Trajetória e Ideologia.** Rio de Janeiro 2012, tese de doutorado programa de pós-graduação em ciência política da universidade Estadual do Rio de Janeiro, pp. 77 – 95, 2012.

WASSERMAN, Claudia. **A esquerda na América Latina Durante os séculos XX e XXI: periodização e debates.** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 1, p. 19-38, 2010.

Sites consultados:

<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-92967.html>

<http://www.todo-argentina.net/historia/democracia/kirchner/>

http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/104/entrevistados/evo_morales_2006.htm

http://www.cne.gov.ve/web/estadisticas/index_resultados_elecciones_anteriores.php

http://www.cne.gov.ve/web/documentos/estadisticas/e98_01.pdf

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/resultado_2002.htm

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/2002/arquivos/relatorio_resultado.pdf